



PAIS
MÃES

5 1 8 7 7 6

FILHOS
AMIGOS
AMORES

Com mais de meio milhão de mortes pela covid-19, Brasil poderia ter evitado ao menos 400 mil delas, aponta pesquisa



Em novos protestos nas ruas contra os erros dos governos na condução da pandemia, em 29 de maio, a defesa do SUS apareceu entre as demandas da sociedade. Na foto, a máscara-manifesto de um ativista em São Paulo.

RADIS

edição 226 ■ Julho 2021

CAPA: RADIS

- | | | | |
|----|--|----|--|
| 3 | EDITORIAL
Decisão de quem pode viver e quem pode morrer! | 25 | ENTREVISTA BRUNO SOUZA
“Nossa morte não escandaliza mais ninguém” |
| 4 | VOZ DO LEITOR | 30 | SAÚDE MENTAL
A revolução pelo afeto |
| 5 | SÚMULA | 34 | SERVIÇO |
| 10 | CAPA COVID
Meio milhão de vidas perdidas | 35 | PÓS-TUDO
Carta aberta ao Supremo Tribunal Federal sobre os povos indígenas |
| 16 | Não em meu nome | | |
| 20 | FAVELAS
Se liga nas favelas | | |
| 24 | Ações solidárias nas favelas | | |

DECISÃO DE QUEM PODE VIVER E QUEM PODE MORRER

“Quando um povo manipula sua história,
ele perde o medo de repeti-la”

(Marcelo Serpa)

Em meio a mais de 530 mil mortos e mais de 19 milhões de infectados, o kit para prevenção e tratamento da covid-19, com uso de hidroxicloroquina, cloroquina e ivermectina, entre outras drogas, ainda causa polêmica no Brasil, sendo inclusive um dos assuntos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a atuação do governo diante da pandemia. Para a maioria dos parlamentares membros da CPI, é evidente o quadro de negligência do governo, que se empenhou pelo chamado “kit covid”, mas não se empenhou para comprar doses de vacinas já autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

As críticas alcançam também algumas entidades médicas, inclusive o Conselho Federal de Medicina (CFM), que se posicionou em defesa de medicamentos sem efetividade comprovada pela ciência e sem ouvir toda a classe que representa, em nome da liberdade para prescrição médica. Essas críticas vêm de centenas de médicos, pesquisadores e outras associações médicas que questionam se a tal “liberdade de prescrição” pode se sobrepor ao risco à vida de pacientes.

Para os críticos do posicionamento do CFM, tal atitude pode confundir a população com falsas expectativas de prevenção e cura, facilitando a propagação da doença, ao desconsiderar as recomendações baseadas na ciência ao invés de defender as medidas não farmacológicas e as vacinas.

Nesta edição, *Radis* aborda a realidade daqueles que perderam uma parte de sua família, como a professora Tallyta Cerqueira, que ao se vacinar, chamou a atenção para o atraso das “doses de esperança” que, se tivessem chegado no momento certo, teriam salvo milhares de vidas: mais de 530 mil brasileiros e brasileiras que “não são só números e estatísticas” — são entes queridos de alguém, com muitos anos de vida pela frente e com histórias que não serão mais contadas.

Muitos dos que ficaram perderam a sintonia com a alegria do conviver e precisarão aprender a se encaixar no sofrer. Infelizmente para muitos destes que sequer tiveram oportunidade de velar seus mortos, a pandemia deixará como herança o estresse gerado pela incerteza, traumas, confinamento e imprevisibilidade do futuro.

A reportagem de capa também traz as falas dos médicos Pedro Hallal e Jurema Werneck, que indicam o resultado de seus estudos e as dificuldades e perseguições que sofreram ao divulgar o número de mortes que poderiam ser evitadas, assim como a desigualdade social e seus desdobramentos que acompanham a pandemia.

Assusta os números identificados nas pesquisas que revelam as milhares de vidas que poderiam ser poupadas ainda neste ano, quando o mundo já iniciava a imunização, caso não houvesse atraso na aquisição de vacinas. Um atraso que escancarou a indiferença pelo direito à vida humana, esquecido num cenário político não só de negacionismo, mas também de corrupção e desordem, conforme agora mostrado pela CPI.

No Brasil, autoridades de segurança e órgãos de inteligência têm conhecimento que as favelas não produzem cocaína e nem fabricam armas. Por isso, inteligente é a apreensão de drogas e armas antes que cheguem às favelas. A finalidade da atuação com inteligência na polícia e de autoridades de segurança não é matar. Justiça não é vingança, mas aqui assassinatos são consentidos, praticados e justificados, desde que os “bandidos” sejam pretos, pardos e pobres periféricos, como os 27 mortos na favela do Jacarezinho — outro morto foi um agente de segurança: um lugar com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio, onde não há cinema, área de lazer e esporte, saneamento e acesso a recursos tecnológicos e que foi palco da pior chacina já praticada pelo poder público no estado.

A vida de negros e pobres periféricos parece ter menos valor que a vida de brancos e bem nascidos. No Jacarezinho e em outras favelas, quem é encontrado com arma na mão é bandido que deve morrer como medida de “faxina”, mas como tratar quem é pego com caneta na mão, como indagou a jornalista Luana Génot, e “decide desviar milhões da saúde, reduzir investimentos em educação ou negligenciar os efeitos da covid-19 e os milhares de mortos pelo vírus?” Uma contradição que deve provocar reflexão num país que não consegue se enxergar como hierárquico, autoritário e preconceituoso. 

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

A FOME É REAL

Uma realidade vergonhosa, apaziguada por caminhos solidários e ainda longe de uma solução institucional, infelizmente. Obrigada pela matéria!

Coletivo Ser Ponte, Fortaleza, CE

Uma tragédia anunciada, infelizmente.

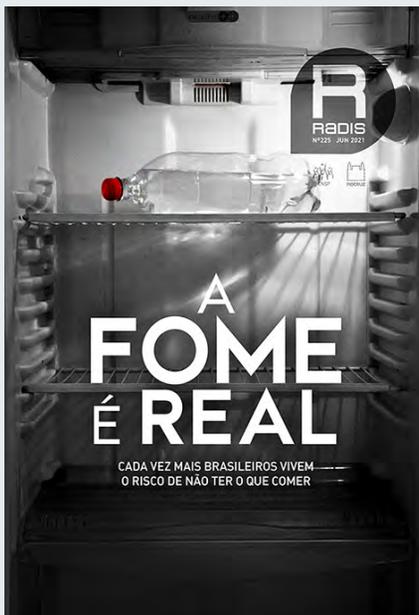
Mara Teixeira, via Instagram

Já diziam os Racionais: “500 anos de Brasil e o Brasil nada mudou”.

Daiane Cristo, via Instagram

Isso nos deixa triste. Nosso Brasil, tão grande e tão desigual.

Adigina Pires, via Instagram



COMUNICAÇÃO NO SUS

Li a matéria “Histórias do SUS em verso e prosa”. Ficou linda, muito obrigada pela escrita generosa e fidedigna. Foi uma imensa satisfação participar. Minha equipe está toda orgulhosa. Não é todo dia que nossas ações estão na *Radis*, né?

Laís Santos Castro, Caldas Brandão, PB

Que reportagem linda de se ler, seja pelos versos, pela prosa, mas sobretudo pelas histórias do SUS que dá certo. Parabéns a todos os envolvidos. AbraSUS!

Daniela Muzi, Rio de Janeiro, RJ

ANTONIO IVO, PRESENTE!

Aumenta a responsabilidade de todos nós que continuamos a luta pelo SUS e uma saúde pública digna para todos.

José Vargens, via Instagram

NEGACIONISMO

Infelizmente estamos vivenciando algo irreal: mentiras, fake news, politicagem, disputa de quem oferece mais vacina, enfim, tanta desinformação. Então, através dessa revista e com as entrevistas desses cientistas, é que ficamos mais esperançosos. Mas o triste é que a maioria da população brasileira não tem acesso a fontes fidedignas.

Sônia Maria Almeida, via Facebook

Muito boa essa edição. Já li a matéria “Efeitos da anticência” e “Só a ciência salva do obscurantismo”. Excelente!

Larissa Sampaio, via Facebook

O conhecimento é a nossa melhor arma! Que incrível receber uma revista tão informativa da Fiocruz de graça em casa.

Milena Lopes Francisco, Volta Redonda, RJ

DOAÇÃO DE SANGUE E POPULAÇÃO LGBTQI+

Sugiro uma pauta sobre como se dá o atendimento/acolhimento nos bancos de sangue do país com a população LGBTQI+ como forma de inclusão social desse público alvo.

José de Arimateia Negreiros, por email

R: Olá, José, excelente tema! Já foi abordado em diversas edições, inclusive em uma reportagem de capa (*Radis* 189). Agradecemos a sugestão e vamos pensar em como abordar novamente o assunto.

RADIS AGRADECE

Excelentes todas as notícias e matérias contidas na *Radis* 223! Que satisfação ler temas tão relevantes no atual momento! Sinto extremo orgulho pois sinto-me parte da Fiocruz, sou ex-aluna da Ensp!

Fátima Bertollo, via Instagram

PROCURA-SE ZÉ GOTINHA

Hoje eu terminei de ler essa edição [*Radis* 224] e venho aqui agradecer a equipe toda da *Radis*. Precisamos constantemente falar de ciência e vocês trazem as informações de maneira extraordinária. Obrigada!

Kauany Leite, Limeira, SP

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ
Nísia Trindade
Presidente

ENSP
Hermano Castro
Diretor

PROGRAMA RADIS
Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe
Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO
Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor
Reportagem
Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini; Moniqui Frazão (estágio supervisionado)

Arte
Felipe Plauska

DOCUMENTAÇÃO
Eduardo de Oliveira
(Arte e fotografia)

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas e
Natalia Calzavara

ASSINATURAS
Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 126.000 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO
Venda proibida. Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



CPI investiga corrupção na compra de vacinas

Denúncias de irregularidades em torno da compra da Covaxin, vacina produzida pela farmacêutica indiana Bharat Biotech, fizeram com que a negociação entrasse na mira do Ministério Público Federal (MPF) e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, no Senado. O nome de Jair Bolsonaro foi citado em depoimento do deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), em 25 de junho, na CPI: ele disse ter alertado o presidente sobre indícios de irregularidades na negociação. O caso foi levado à comissão depois que a Folha de S.Paulo (18/6) divulgou declarações do irmão do deputado, Luis Ricardo Miranda, servidor de carreira e chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde ao MPF, em que ele revelou ter sofrido pressão incomum para assinar o contrato com a Precisa Medicamentos — que intermediou a compra do imunizante.

Documentos divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo (22/6) mostraram que o preço acordado pelo governo federal foi dez vezes maior do que o anunciado pela Bharat Biotech em 2020, seis meses antes da assinatura do contrato pelo governo brasileiro — além disso, a compra desse imunizante foi a única que teve intermediação de um agente privado, a Precisa Medicamentos. Segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) enviado à CPI, a compra foi fechada de maneira mais ágil do que as demais; a vacina indiana também foi a mais cara adquirida pelo governo, considerando-se o preço por unidade.

No depoimento à CPI, Luis Ricardo reafirmou as suspeitas de que a compra faz parte de um esquema de corrupção. Ele teria apresentado provas a Bolsonaro em uma reunião no Palácio do Planalto, ao lado do irmão, Luis Miranda. Ambos afirmaram que procuraram o presidente para fazer a denúncia e que Bolsonaro teria dito que pediria à Polícia Federal para investigar o caso. A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2 de julho, para investigar a suspeita de crime de prevaricação pelo presidente Jair Bolsonaro na negociação da Covaxin — quando não são tomadas as medidas cabíveis em um caso de irregularidade. Um “superpedido” de impeachment de Bolsonaro, com 45 assinaturas de partidos políticos, parlamentares e entidades da sociedade civil, foi protocolado na Câmara dos Deputados, em 30 de junho — ao lado de acusações de negligência na pandemia, está essa suspeita recente de prevaricação.

Suspeita sobre líder do governo

Luis Miranda também disse que o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) — ex-ministro da Saúde de Temer e líder do governo na Câmara — foi citado por Bolsonaro como o responsável pela negociação. Segundo os irmãos, Barros estaria se beneficiando de forma ilegal da compra da Covaxin, como informou a BBC Brasil (29/6). O líder do governo é considerado próximo do sócio da Global Saúde, Francisco Maximiano, que também é acionista da Precisa Medicamentos. O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal abriram investigação sobre o contrato da vacina indiana.

1 dólar por dose

Outra suspeita de corrupção na compra de vacinas surgiu quando a Folha de S.Paulo (29/6) publicou declarações de Luiz Paulo Domingueti, representante de uma suposta vendedora de vacinas, a Davati Medical Supply: ele afirmou ter recebido o pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar o contrato com o Ministério da Saúde para a compra de 400 milhões de doses da Astrazeneca. Segundo ele, a proposta de propina teria sido feita pelo diretor de Logística do MS, Roberto Ferreira Dias, demitido no dia seguinte. Levado à CPI, em 1º de julho, Domingueti — que também é policial militar, em Minas Gerais — apresentou um suposto áudio em que incriminaria Luis Miranda por “negociar a busca por vacinas diretamente com a Davati”. No mesmo dia, foi apurado que o áudio era antigo, de outubro de 2020, e não se referia à compra de vacinas; os senadores levantaram a suspeita de que a testemunha havia sido “plantada” para desacreditar o depoimento anterior de Luis Miranda, como noticiou o G1 (1/7). A Astrazeneca negou qualquer relação com a empresa Davati.



Por que não devemos escolher vacina?

Você sabe qual foi a “marca” de vacina que tomou contra o sarampo, a poliomielite ou a rubéola? A confiança da população nos imunizantes oferecidos gratuitamente no SUS, independente dos fabricantes, sempre foi uma tradição do Programa Nacional de Imunizações (PNI), mas a covid-19 trouxe a novidade de pessoas que estão “escolhendo” vacinas como quem decide que produtos comprar na gôndola do supermercado. E pior: no momento em que o número de mortes no país já passou de 520 mil. Essa atitude — apelidada de “sommelier de vacina” — preocupa os especialistas porque pode comprometer a imunização da população.

O relato de Carolina Botelho, pelo Twitter (29/6), mostra que pessoas abandonam a fila quando não encontram o imunizante que queriam. Ela diz que, mesmo com a unidade cheia, as pessoas na fila perguntavam: “Foi da Pfizer?”. Com os dizeres “Defenda o SUS! Viva a ciência!” em sua camisa, a chef Paola Carosella publicou uma foto do cartão de vacina para mostrar que tomou a CoronaVac, criticando a atitude de quem deixa de se imunizar, como noticiou o Uol (25/6). A rejeição a determinados imunizantes não acontece só nas filas: a CoronaVac tem sido criticada pelo próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, em transmissões semanais pela internet, que chegou a dizer “que tem uma vacina aí que infelizmente não deu certo”, como informou o site da IstoÉ Dinheiro (1/7). Um estudo no Chile, publicado em abril, mostrou que a CoronaVac teve efetividade de 80% contra mortes e 89% contra casos graves.

Ao menos cinco cidades de São Paulo — dentre elas São Bernardo do Campo — já adotaram medidas contra quem escolher marca de vacina: a pessoa irá para o final da fila e só poderá se vacinar depois dos adultos de 18 anos. Entre as razões que especialistas ouvidos pelo G1 (23/6) apontaram para que as pessoas não escolham marca de vacina, está o fato de que é urgente criar imunidade contra a covid, é preciso aumentar a cobertura da população e salvar vidas é uma responsabilidade coletiva.

Melhor vacina: a que chega primeiro no braço

“Nós não estamos no momento de escolher vacinas. Não temos vacinas suficientes para a população ficar escolhendo. Tome a vacina que estiver à sua disposição no posto de saúde, a melhor vacina é aquela que pode ser aplicada imediatamente, a que chegar primeiro no seu braço. Não tome individualmente uma decisão que pode ter impacto no coletivo, pois a vacinação em massa é chave para controlar a pandemia”, afirmou Luiz Carlos Dias, professor titular do Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas — Unicamp, em artigo que pode ser lido na íntegra aqui: <https://bit.ly/2SIIiun>.

CoronaVac é segura para crianças e adolescentes

A CoronaVac, vacina desenvolvida no Brasil pelo Instituto Butantan em parceria com a Sinovac, pode ser aplicada em crianças e adolescentes, diz estudo publicado na revista científica *The Lancet Infectious Diseases*, do Reino Unido, em 28 de junho. Os ensaios clínicos de fases 1 e 2 sugerem que a vacina é segura e induz forte resposta imunológica: mais de 96% de crianças e adolescentes que receberam as duas doses do imunizante produziram anticorpos contra covid-19, noticiou o site do Valor (29/6). Em junho, a China foi o primeiro país no mundo a aprovar a vacinação contra a covid-19 para a faixa de três a 17 anos. O Butantan anunciou, em 29 de junho, que enviou os dados desse estudo científico à Anvisa.

Leitos, urgente!

Com o gradativo aumento no quantitativo de leitos ocupados por usuários com covid-19, o SUS está sobrecarregado e muitos estados vêm entrando em colapso. Diante do quadro, a Frente pela Vida soltou uma nota (21/6) defendendo a urgência da fila única — pauta defendida por médicos sanitistas e profissionais de saúde desde março de 2020 com a campanha Leitos Para Todos. Embora as cirurgias eletivas estejam suspensas no SUS, elas seguem ocorrendo no setor privado. Segundo a nota, observam-se pacientes em

estado grave aguardando leitos de UTI, ao mesmo tempo que leitos em hospitais privados estão livres ou ocupados para realização de procedimentos eletivos. “É urgente a adoção de medidas que possam assegurar a assistência a todos os pacientes que precisam de cuidado intensivo, incluindo a interrupção dos procedimentos eletivos, tanto no setor público quanto no setor privado, e o estabelecimento de fila única para internação em UTI, com a requisição de leitos de hospitais privados sob a regulação do SUS”.

Pandemia afetou ainda mais trabalhadoras domésticas

A pandemia de covid-19 piorou as condições de trabalhadoras domésticas que já eram muito precárias e ficaram ainda mais fragilizadas pela falta de proteção trabalhista e previdenciária, destacou relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 15 de junho. O documento marca os dez anos da adoção da Convenção da OIT que trata sobre direitos trabalhistas relativos ao trabalho doméstico e mostra que ainda há muitas lacunas na condição desses trabalhadores — a maioria, mulheres. A informalidade atinge 61% dos postos da categoria. No Brasil, há 6,2 milhões de pessoas que exercem a atividade, sendo 90% mulheres. A categoria representa quase 7% dos trabalhadores do país. O relatório lembrou, ainda, que uma das primeiras mortes por covid-19 no Brasil foi a de uma empregada doméstica que contraiu o vírus pela empregadora, infectada em uma viagem à Itália.

Trabalho doméstico no Brasil

6,2 MILHÕES DE PESSOAS

90% MULHERES

61% SÃO INFORMAIS



FOTO: HELENE SANTOS.

Covid no transporte público

Os lugares com maior risco de contaminação pelo vírus causador da covid-19 são os terminais de ônibus, indica estudo da Fiocruz Pernambuco que recolheu amostras de superfícies situadas em vários pontos do Recife para identificar a presença do Sars-CoV-2. Das amostras positivas, 48,7% foram provenientes de terminais de ônibus, seguidas dos arredores de hospitais (26,8%). Segundo Lindomar Pena, coordenador do estudo, não foi detectado vírus ativo nos exames, porém em algum momento ele esteve ativo naquele local, o que demonstra serem ambientes com maior circulação de pessoas infectadas, destacou o Portal Fiocruz (30/6).



Indígenas se mobilizam no Levante pela Terra

Manifestações dos povos indígenas marcaram o mês de junho. O acampamento Levante pela Terra, em Brasília, reuniu mais de 850 indígenas de 45 etnias, e foi acompanhado por outras mobilizações pelo país. Eles protestam contra o Projeto de Lei (PL) 490/2007 e contra a tese do Marco Temporal, que será discutida no Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento, adiado de 30 de junho para 28

de agosto, vai ser determinante no futuro das demarcações de terras no Brasil. “Esses projetos genocidas e ecocidas se utilizam da pandemia de covid-19 como cortina de fumaça, fazendo aumentar a violência contra povos indígenas e os conflitos em nossos territórios, inclusive entre parentes”, manifestou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em 30/6. Entenda o que está sendo discutido.

PL 490 e a ameaça às terras indígenas

O PL 490/2007 altera a demarcação de terras indígenas. De autoria do deputado Homero Pereira (PR/MT) — produtor rural, falecido em 2013, quando já era filiado ao PSD —, o projeto parte do argumento de que a demarcação não deve ser decidida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), mas por meio de leis, discutidas no Congresso Nacional. De lá para cá, foram pensados mais 20 projetos ao texto inicial, cujo ponto mais polêmico é a tese do Marco Temporal. O texto ainda flexibiliza o contato com povos isolados, proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas e permite a exploração das terras indígenas por mineradoras e garimpeiros, como registrou o Correio Braziliense (23/6).



Repressão

Após manifestações que terminaram com ação truculenta da polícia e muitos feridos (22/6), a votação do PL na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi cancelada e adiada para o dia seguinte — quando ele foi aprovado. O texto segue agora para o plenário da Câmara, embora um julgamento marcado para agosto no STF possa colocar em xeque a sua validade.

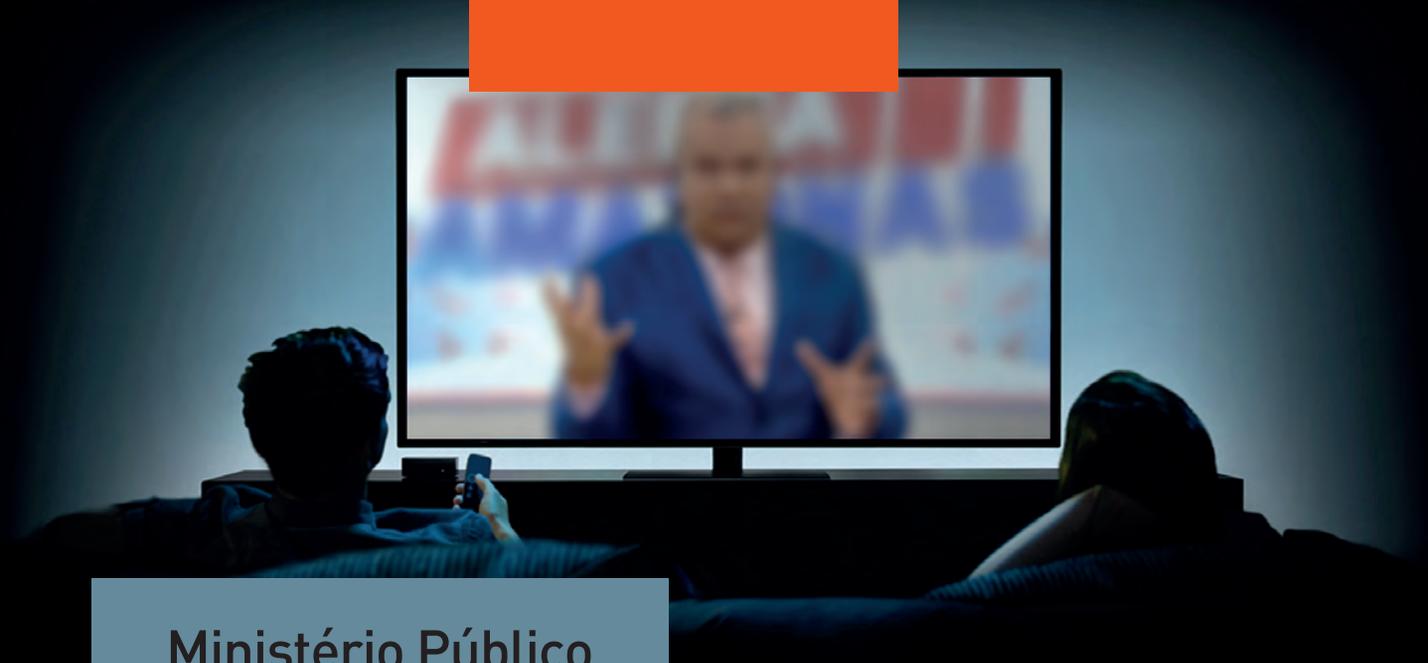
STF e o Marco Temporal

O STF adiou para 28 de agosto o julgamento mais importante para os povos indígenas no Brasil em três décadas. O que está em pauta é a reintegração de posse de uma área do povo Xokleng na Terra Indígena (TI) Ibirama-La Klãnõ (SC), mas a decisão pode definir o futuro das demarcações no país. Em 2019, o processo foi alçado à condição de “repercussão geral”, o que significa que o seu resultado vai fixar a jurisprudência sobre o assunto, explica a notícia publicada (2/7) no site do Instituto Socioambiental (ISA).

É grande a expectativa pelo julgamento, não somente porque o atual governo detém os piores índices de oficialização de terras indígenas desde a redemocratização, mas porque uma decisão favorável aos indígenas no STF abre precedente para que o PL seja revogado, disse à *Radis* Ana Lucia Pontes,

pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) e coordenadora do GT de Saúde dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

A tese do Marco Temporal — defendida por ruralistas e outros setores — é baseada na interpretação de que só teriam direito à terra os povos que já tivessem a sua posse em 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição, ou tenham como comprovar que estavam em disputa judicial ou conflito material pela área. Ela é considerada injusta porque desconsidera expulsões, remoções forçadas e todas as violências sofridas pelos indígenas até a Constituição. Artistas, juristas, acadêmicos e personalidades assinaram carta entregue ao STF contra o Marco Temporal. Foram mais de 100 mil assinaturas. Leia na página 35, na sessão Pós-tudo.



Ministério Público denuncia homofobia na TV

Mais de 40 empresas, até o início de julho, já haviam deixado de patrocinar o programa de Sikêra Júnior na RedeTV! por conta de suas declarações homofóbicas. Ao criticar um comercial da rede Burger King sobre diversidade, em 25 de junho, ele chamou as pessoas LGBTQIA+ de “raça desgraçada”, entre outras ofensas. Nas redes, a campanha “Desmonetiza Sikêra”, articulada por diversos perfis, fez com que o programa perdesse 57% dos patrocinadores — o que o fez pedir desculpas: “Exagerei” —, mas não o livrou das consequências. O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra o apresentador pelo crime de homofobia, pedindo que a Rede TV! e Sikêra Jr. sejam condenados ao pagamento de R\$ 10 milhões a título de indenização por danos morais coletivos — valor a ser destinado à estruturação de centros de cidadania LGBTQIA+.

Identidade de gênero no SUS

Na data em que o Congresso Nacional foi iluminado com as cores do arco-íris, em reconhecimento pelo dia do orgulho LGBTQIA+ (28/6), uma boa notícia se registrou no STF. Em decisão que atendeu um pedido do Partido dos Trabalhadores (PT), o ministro Gilmar Mendes determinou que o SUS passe a tratar usuários pelo gênero com o qual se identificam. A decisão também estabelece que seja alterada a declaração de nascido vivo, primeiro documento que identifica o recém-nascido. O documento terá que incluir a categoria “parturiente” e o espaço de “pai” e “mãe” será para os representantes legais que tenham vínculos de paternidade com a criança.

Caso Lázaro e o papel da imprensa

Se a cobertura midiática sobre a captura de Lázaro Barbosa — fugitivo apontado como o autor da chacina de uma família de quatro pessoas, em Ceilândia (DF) — beirou o sensacionalismo em muitos momentos, ela também estimulou a intolerância contra as religiões de matriz africana. Ao longo de mais de 20 dias, termos e expressões como “satanismo”, “magia negra” e “bruxaria” passaram a ocupar o noticiário de forma pejorativa, o que alimentou uma onda de violências contra terreiros. Depois que veículos como G1, Jornal do Commercio e Jornal de Brasília compraram a versão da polícia de que o assassino sacrificava vítimas em “rituais satânicos”, lideranças religiosas denunciaram a ação agressiva dos agentes que invadiram pelo menos 10 templos na região, sob o falso pretexto de que estariam servindo de abrigo ao foragido.

O G1 chegou a publicar uma foto de símbolos religiosos como se fosse um registro da casa de Lázaro. Ao Correio Braziliense (19/6), o pai de santo André Vicente informou que as imagens eram, na verdade, de seu terreiro e que o local havia sido alvo de buscas truculentas pela PM. Em abaixo-assinado (19/6), lideranças religiosas repudiaram os ataques que vinham ocorrendo. “Nossas tradições não têm relação com atos criminosos, e, mesmo que fossem praticados por alguma pessoa que pertencesse a uma tradição afro, não nos vincularia de maneira coletiva a atos e ações criminosas e desumanas”, reforçam.

Depois das muitas críticas, alguns veículos tentaram se retratar. O G1 apagou os posts em suas redes sociais e atualizou a reportagem para modificar o título e o texto. Outros portais aproveitaram para publicar excelentes análises. No Intercept Brasil (29/6), Fabiana Moraes foi ao cerne da questão. “Essa cobertura exotificante e racista”, escreve ela, “tem impacto na integridade física e na existência de uma vasta população. Ela não se resume apenas aos povos de terreiros, mas a todas as pessoas e grupos entendidos como ‘desviantes’ pelo jornalismo”.

MEIO MILHÃO VIDAS PERDIDAS

Atraso na vacinação e descaso no controle da covid-19 mostram que maior parte das mortes no Brasil poderia ter sido evitada

BRUNO DOMINGUEZ

A to corriqueiro na vida dos brasileiros, vacinar ganhou dimensão de emblema na pandemia de covid-19, a ponto de merecer registro e compartilhamento. Nas redes sociais, multiplicam-se as fotos e os vídeos de pessoas experimentando o alívio de se proteger de uma doença que até 30 de junho já havia matado mais de 518 mil no país. Viva o SUS, o Butantan, a Fiocruz e a saúde pública apareceram em camisetas, legendas, sorrisos e lágrimas. No meio de tantas imagens, algumas engraçadas, outras de protesto ou de lamento, uma se destacou por resumir o momento ao mesmo tempo doce e amargo de ter finalmente o direito de se vacinar quando a tantos outros esse direito foi negado: a da professora Tallyta Bueno de Cerqueira, que enquanto recebia sua injeção de esperança, segurava uma placa com a frase “A vida não espera” — acima da data de falecimento de três familiares.

Tallyta perdeu a mãe, o pai e a avó — ou, como ela própria definiu, metade de sua família — por complicações decorrentes da covid, com diferença de menos de um mês

entre as mortes. “Não consigo definir com um único sentimento o fato de ser vacinada. É um misto de gratidão, euforia, tristeza e impotência, por não ter visto meus familiares tendo a mesma oportunidade. Como eu queria ter todos ao meu lado, vacinados, aguardando a segunda dose, saudáveis, e presentes fisicamente. Infelizmente, a vida não espera, não deixa pra depois, não dá uma segunda chance.” Diante da repercussão da sua postagem em 21 de junho no Instagram (@tallyta.cerqueira), a professora de Ponta Grossa, no Paraná, explicou que a intenção ao ser fotografada com a placa era mostrar que as vidas perdidas “não são só números e estatísticas” e que “cada uma das pessoas que se foram tinha uma história e muito a vivenciar”.

Mesmo que há mais de um ano o número de mortos cresce todos os dias e já some mais de meio milhão em uma progressão sem trégua, não há nada de natural ou esperado nessas mortes. Em 24 de junho, dois pesquisadores convidados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 estiveram no Senado para apresentar estudos diferentes com

NO DE IDAS



idêntica conclusão: a maior parte das mortes por covid no país poderia ter sido evitada, ainda antes da disponibilidade de vacinas no mercado internacional, se o Brasil tivesse adotado medidas de controle da transmissão do vírus. “O brasileiro tem noção do tamanho da tragédia, perdeu familiares e amigos, mas não consegue entender ainda que boa parte das mortes não precisariam ter acontecido”, afirmou um deles, o epidemiologista Pedro Hallal, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), à *Radis*.

Em um dos cálculos do epidemiologista entregues à CPI, pelo menos 400 mil dos então 507 mil óbitos não teriam acontecido se o Brasil estivesse na média mundial de mortalidade pelo novo coronavírus. “Desde o início da pandemia, o Brasil tem mortalidade acumulada de 2.345 por um milhão de habitantes, enquanto a média do mundo é de 494 por milhão. Ou seja, quatro em cada cinco mortes teriam sido evitadas se estivéssemos na média mundial”, concluiu.

Hallal frisou que a comparação não é com os países com melhor desempenho, mas apenas com a média mundial: “Não estou comparando com Nova Zelândia, Coreia do Sul, Vietnã, mas se estivéssemos na média da mortalidade, como um aluno que tira nota média, teríamos poupado 400 mil vidas”.

Antes que algum senador questionasse a estimativa, apontando por exemplo que o Brasil é um dos países mais populosos do mundo, Hallal afirmou que, mesmo entre os 10 mais populosos, ainda estamos na pior posição por mortes a cada milhão de habitantes. Na comparação por nível de desenvolvimento, também somos o pior dos Brics “disparado” — grupo que reúne, além do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Apenas no recorte da região, o Peru (5.800 por milhão) toma a trágica liderança.



JEFFERSON RUDY

Somente no dia anterior à ida dele ao Senado, 23 de junho, o Brasil respondeu por um terço das mortes mundiais, quando foram registradas 2.392 novas vítimas em 24 horas. No acumulado da pandemia, o país com 2,7% da população mundial concentra 12,8% das mortes por covid no mundo — também uma diferença de mais de quatro vezes em relação ao tamanho da população.

ESTUDO “CENSURADO”

Hallal coordenou o maior estudo epidemiológico do coronavírus no Brasil, o Epicovid-19, conduzido em 133 municípios brasileiros ao longo de 2020, contando com financiamento

EXCESSO DE ÓBITOS NO BRASIL





“As autoridades que não cumpriram seu dever de proteger a saúde e a vida das pessoas devem ser responsabilizadas”

Jurema Werneck

do Ministério da Saúde em três de suas fases. “Sofremos muita censura e perseguição. O slide que mostrava maior risco de infecção por covid nas populações indígenas foi censurado pelo Ministério da Saúde 15 minutos antes da entrevista coletiva para apresentação de resultados, em junho de 2020, no Palácio do Planalto, e logo depois o projeto foi descontinuado, sem razão técnica para a decisão”, lembrou ele.

O estudo vinha acompanhando a taxa de prevalência da covid no país: de 1,9% em maio, 3,1% em começo de junho e 3,8% em meados de junho, quando foi parado. “Poderíamos ter a evolução desses dados até hoje”, ressaltou. Uma das conclusões de destaque foi que o número de infectados era cerca de seis vezes maior que o divulgado oficialmente, a partir da testagem de 120 mil pessoas.

Outro achado relevante tratava da desigualdade na transmissão. Os 20% mais pobres tinham o dobro de risco de infecção do que os 20% mais ricos. O pesquisador contou que o slide censurado mostrava que a população indígena tinha cinco vezes mais risco de contaminação do que a população branca; a população negra (pretos e pardos) o dobro de risco da branca. “Por isso, incomoda muito quando ouvimos que a covid afeta todos. Pode até afetar todos, mas em intensidades muito diferentes”, alertou.

A médica Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil e representante do Movimento Alerta — que reúne ainda Oxfam Brasil, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo — foi a outra convidada a falar naquele dia à CPI.

Esteve lá para apresentar o resultado do estudo Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil, uma iniciativa do Movimento Alerta, com autoria de Guilherme Loureiro Werneck (Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Uerj) e Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ), Ligia Bahia e Jéssica Pronestino de Lima Moreira, ambas do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ e Mário Scheffer (Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo/USP).

EXCESSO DE 350 MIL MORTES

O primeiro achado do estudo: no primeiro ano da pandemia, o excesso de morte no país foi de cerca de 305 mil mortes. Ou seja, desde uma semana após o primeiro óbito confirmado (12 de março de 2020) até 12 meses depois, ocorreram 350 mil mortes acima do que seria esperado para o mesmo período com base nos dados históricos de mortalidade. O dado abarca não apenas as mortes diretas por covid-19, mas também os óbitos indiretos, provocados, por exemplo, pelo atraso no diagnóstico ou falta de tratamento de outras doenças, por conta da saturação do sistema de saúde.

“O estudo partiu de dados oficiais, não foram dados tirados do bolso ou da cartola de ninguém”, frisou Jurema, em tempos em que dados científicos são contestados. No caso, informações do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), cruzados com declarações de óbito dos Cartórios de Registro Civil, para garantir precisão.

Das 305 mil mortes em excesso, 120 mil poderiam ter sido evitadas até março de 2021, caso medidas preventivas não farmacológicas como distanciamento social e restrições às aglomerações, fechamento de escolas e do comércio tivessem sido adotadas de maneira ampla e adequada no Brasil, concluíram os pesquisadores. O cálculo não considerou ações de organização da assistência à saúde na atenção básica, incluindo vigilância epidemiológica, e nos cuidados hospitalares (profissionais, leitos e equipamentos de UTI), que poderiam contribuir para uma redução ainda maior dos óbitos em excesso. Tampouco levou em conta o impacto dos equívocos da política de aquisição de vacinas, que poderia ter evitado mortes adicionais ao menos em 2021, de acordo com ela.

Na ausência de medidas específicas de prevenção (vacinas) e tratamento (medicamentos), restavam ampla testagem, busca ativa de casos, uso de máscaras, manutenção do distanciamento físico, restrição da mobilidade e da taxa de contato entre pessoas, para frear a transmissão. “Assumindo-se uma redução relativa de 40% na transmissão com a implementação de medidas mais restritivas, pode-se admitir que em torno de 120 mil mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil se uma política efetiva de controle baseada em ações não

Poderíamos ter
poupado 400 mil vidas;
e 400 mil vidas não
são pouca coisa ”

Pedro Hallal

JEFFERSON RUDY



farmacológicas tivesse sido implementada”, afirmou o estudo.

“São 120 mil vidas. Não são números. São pais, irmãos, primos, vizinhos, pessoas que não conheço mas que habitavam o Brasil assim como eu”, destacou Jurema, para quem mortes evitáveis têm responsabilidades atribuíveis. “As autoridades que não cumpriram seu dever de proteger a saúde e a vida das pessoas devem ser responsabilizadas”.

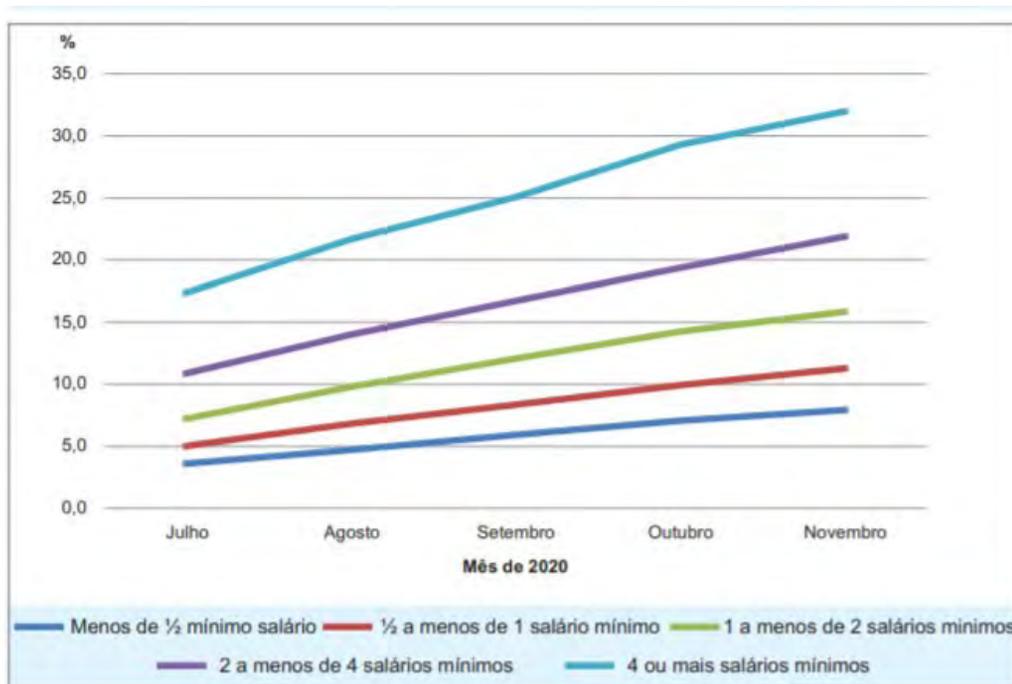
DESIGUALDADES NO ACESSO

A pesquisa também explorou as desigualdades no acesso

a serviços, a partir da Pnad Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Alguns falaram que o coronavírus era um vírus democrático, mas iniquidades fizeram a diferença”, afirmou a representante do Alerta. Menos de 14% da população fez teste de diagnóstico até novembro de 2020. Dentro desse universo, pessoas com renda maior que quatro salários mínimos consumiram quatro vezes mais testes que pessoas que receberam menos de meio salário mínimo. Também houve desigualdade por grau de instrução.

Para Jurema, a injustiça está declarada: “Já sabíamos que existiam populações mais vulneráveis que outras e nada foi

PERCENTUAL DE PESSOAS QUE FIZERAM ALGUM TESTE NO TOTAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO RENDIMENTO





feito para protegê-las". Foi 13% maior a chance de morrer entre os pacientes com covid negros e indígenas, segundo informou. A falta de acesso a leitos também atingiu um número proporcionalmente maior de pessoas negras e indígenas: os óbitos na fila de espera representaram 13,1% das internações entre as pessoas negras e indígenas, e 9,2% entre as pessoas brancas. "As desigualdades estruturais tiveram impacto nas altas taxas de mortalidade. A maioria das pessoas que morreram eram negras, eram indígenas, eram pessoas de baixa renda e baixa escolaridade", disse Jurema.

RECUSA DE VACINAS

Hallal citou na CPI um terceiro estudo, assinado pelos pesquisadores da Faculdade de Medicina da USP Marcos Amaku, Francisco Antonio Bezerra Coutinho, Raymundo Soares Azevedo e Eduardo Massad com o diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, que aponta mortes atribuíveis apenas ao fato de o governo ter rejeitado ofertas de vacina — a Pfizer ofereceu 70 milhões de doses, e o Instituto Butantan, 60 milhões, em agosto de 2020. Caso ambas as ofertas tivessem sido aceitas imediatamente e o Brasil tivesse iniciado uma campanha de vacinação em 21 de janeiro, aplicando 2 milhões de doses por dia, haveria 145 mil mortes a menos ao longo de 2021, de acordo com o grupo.

Tanto ele quanto Jurema foram atacados em redes sociais durante a sessão, por pessoas que tentavam deslegitimar a autoridade de ambos para estar naquele espaço representando o conhecimento científico. "Sofri ataques nas redes, mas estou acostumado. São ataques infantis, que insistem que não sou epidemiologista de verdade ou comunista", contou Hallal à *Radis*. "Mas o principal agora é mostrar que poderíamos ter poupado 400 mil vidas; e 400 mil vidas não são pouca coisa".

REPARAÇÃO

O estudo do Alerta recomenda que "agentes e autoridades públicas sejam responsabilizadas pelas mortes evitáveis e pelo curso da pandemia no Brasil" e que a pandemia deixe como legado "um SUS com amplo acesso e excelência na

O excesso de mortes nos primeiros 12 meses da pandemia no Brasil foi de

305 mil
aproximadamente

120 mil mortes

poderiam ter sido evitadas até março de 2021, caso medidas preventivas não-farmacológicas como distanciamento social e restrições às aglomerações, fechamento de escolas e do comércio tivessem sido adotadas de maneira ampla e adequada no Brasil

Fonte: Grupo Alert

oferta de cuidados". Para isso, pede volume de financiamento adequado e progressivo do governo, com critérios de alocação e avaliação transparentes e condizentes com as necessidades de saúde; continuidade administrativa e profissionalização da gestão do SUS e das agências reguladoras da saúde; e reconstrução e desenvolvimento da indústria farmacêutica e de produção em saúde nacional, articulando as necessidades do SUS com o sistema produtivo e tecnológico.

Uma preocupação do grupo é com o orçamento do Ministério da Saúde, ameaçado de ser reduzido este ano — "uma previsão de gastos incompatível com a piora do quadro sanitário". Em 2019, foi de R\$ 114 bilhões; em 2020, R\$ 150 bilhões; e, em 2021, existe a possibilidade de redução para R\$ 125 bilhões. "Não há como antecipar um planejamento para a preservação e expansão da oferta de ações e serviços de saúde sem estabilidade orçamentária", afirmaram as instituições.

Em 2020, o orçamento disponível não foi usado integralmente: não foram mobilizados R\$ 21,5 bilhões que poderiam ter suprido diretamente lacunas na prevenção e assistência relacionadas com a pandemia. Os recursos de aplicação direta do ano de 2020 foram transferidos para 2021 e passaram a ser contabilizados como despesas previstas para a aquisição de vacinas. Para o Alerta, "uma postergação de cerca de 40% do orçamento disponível sinaliza o mal uso de recursos financeiros no contexto de uma tragédia sanitária". 

“NÃO EM MEU NOME”

Médicos contrários ao dito “tratamento precoce” questionam representação do Conselho Federal de Medicina na pandemia

BRUNO DOMINGUEZ

O depoimento da médica oncologista Nise Yamaguchi à CPI da Pandemia, em 1º de junho, deu destaque a um racha na representação da categoria. No dia seguinte à conturbada sessão em que Yamaguchi negou a existência de um “gabinete paralelo” ao Ministério da Saúde e recomendou cloroquina para tratamento da covid-19, o Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou moção de repúdio “em defesa do médico, ao respeito e à civilidade”, citando “situações de constrangimento e humilhação” à depoente.

“O CFM, em nome dos mais de 530 mil médicos brasileiros, vem publicamente manifestar sua indignação quanto a manifestações que revelam ausência de civilidade e respeito no trato de senadores com relação a depoentes e convidados médicos no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito”, registrava o texto. Em vídeo, o presidente do CFM, o cirurgião-geral Mauro Ribeiro, ainda classificou a CPI como “ambiente extremamente tóxico” e afirmou que a posição oficial da entidade médica era “não ter certeza sobre nada em relação a essa doença desconhecida” — negando evidências científicas que apontam a ineficácia do chamado “tratamento precoce”. “Temos todas as dúvidas do mundo”, disse Ribeiro.

Foi o suficiente para que nas redes sociais médicos se posicionassem contra o CFM. “Não em meu nome” e variações apareceram especialmente no Twitter. O médico de família e comunidade Luiz Paulo Rosa, professor

da UFRN, foi um dos que postou: “Eu repudio o CFM”.

O cardiologista Bruno Caramelli, professor da Universidade de São Paulo (USP), argumenta em entrevista à *Radis* que, independentemente da validade da indignação do presidente do conselho, este não pode se manifestar em nome da classe sem consultar as bases e nem a sua própria diretoria. “Ao afirmar que o CFM é a ‘voz dos médicos do Brasil’, Mauro Ribeiro distorce e extrapola as funções da autarquia que dirige. O CFM não é a voz, e sim o órgão normatizador e fiscalizador da profissão”.

A insatisfação diante da nota gerou o manifesto Compromisso com a Vida e a Verdade, divulgado em 3 de junho e assinado inicialmente por cem expoentes da categoria — entre eles, Drauzio Varella, Margareth Dalcolmo, Paulo Niemeyer, Daniel Tabak, Ligia Bahia, Roberto Medronho, Benilton Bezerra, Daniel Becker, Fabio Miranda, Gonzalo Vecina, Jurandir Freire, Paulo Chapchap e Paulo Lotufo.

“Como médicos, comprometidos com a melhoria da saúde no país, discordamos de posições do Conselho Federal de Medicina contrárias à apuração das responsabilidades e omissões para o enfrentamento da pandemia de covid-19. Nesse momento em que o padrão de transmissão da covid-19 segue elevado, nossa atenção se volta para a necessidade de políticas baseadas na ciência e boas práticas. Polarizações e divisões da categoria são contraproducentes. Consideramos relevante e apoiamos



quaisquer iniciativas para mudar o rumo do dramático contexto epidemiológico e social do país. Precisamos somar esforços para fortalecer o SUS e a ciência brasileira, que conjugados são a melhor resposta para a pandemia.”, diz o texto do manifesto.

Ao final, um chamado: “Se você concordar com esse texto, divulgue para seus colegas médicos para que circule e informe que muitos médicos se negam ser cúmplices desse desastre”.

AUTONOMIA MÉDICA OU OMISSÃO

Para esse grupo, a origem do desastre remonta a abril de 2020, quando o conselho divulgou o Parecer nº 04/2020 em que propunha aos médicos considerar o uso de cloroquina e de hidroxicloroquina para tratamento da covid-19, ainda que reconhecesse não haver evidências sólidas de que esses medicamentos tivessem efeito confirmado. Citando “excepcionalidade da situação”, o CFM entendia ser possível a prescrição a pessoas com sintomas leves, com sintomas importantes e/ou recebendo cuidados intensivos. “Não cometerá infração ética o médico que utilizar a cloroquina ou hidroxicloroquina”, determinou o parecer.

Mesmo com novas evidências científicas sobre a ineficácia do “kit covid” se avolumando ao longo dos meses de pandemia, o conselho seguiu com a orientação, sob o argumento de “respeito absoluto à autonomia do médico na ponta de tratar, como julgar mais conveniente, seu paciente”, como escreveu o próprio Ribeiro em artigo publicado na Folha de S.Paulo, em 27 de janeiro.

Em fevereiro, Caramelli iniciou um abaixo-assinado — hoje com 62 mil assinaturas — solicitando que o Conselho Federal de Medicina condenasse o “tratamento precoce”. E, em março, foi além: apresentou representação no Ministério Público Federal (MPF) pedindo abertura de inquérito civil para investigar a entidade por omissão e por permitir infrações ao código de ética médica.

O CFM foi fundado, em 1951, para “fiscalizar e normatizar a prática médica no Brasil”, segundo informa a página da entidade, acrescentando que “sempre teve o compromisso de defender a boa prática médica e, ao mesmo tempo, garantir a defesa da saúde da sociedade, adotando uma política de saúde digna e competente.

O professor da USP aponta quatro infrações: ao artigo 20, por permitir que os interesses do presidente da República e de empresários de planos de saúde interfiram na escolha de tratamentos; ao artigo 32, por deixar de usar todos os meios disponíveis para barrar mensagens



Comprovadamente sem eficácia, “kit covid” foi distribuído por prefeituras para pacientes com COVID-19 em estágio inicial

públicas antivacina; ao artigo 37, por não se opor à prescrição de tratamento por meio de comunicação de massa, como em postagens nas redes sociais; e ao artigo 113, por divulgar, fora do meio científico, tratamento ou descoberta cujo valor ainda não esteja reconhecido cientificamente por órgão competente, caso do aplicativo do Ministério da Saúde para o “tratamento precoce”, o TrateCov.

“ERRO MÉDICO”

O que para o CFM seria “autonomia médica”, para Caramelli é “erro médico”. “O conceito de autonomia médica é definido pela situação na qual, inexistindo evidências científicas sobre a relação risco-benefício de um determinado tratamento a ser administrado para um paciente, o médico opta pelo tratamento, informando o paciente sobre a situação e suas potenciais consequências. No contexto da covid-19, o “tratamento precoce” já apresenta comprovações de malefício (hidroxicloroquina) ou de ineficácia (cloroquina, ivermectina). Portanto, recomendar o uso destes medicamentos é erro médico, segundo estabelece o código de ética médica”, afirma.

Luiz Paulo Rosa diz acreditar que “a ideia de que a autonomia médica dá direito ao médico de fazer tudo e qualquer coisa é uma falsa ideia”. Ele ressalta que outros princípios, além da autonomia, são essenciais no código de ética, como os de beneficência e não maleficência — que proíbe infligir dano deliberado. “Se a gente entende que a maior missão do tratamento é não lesionar o paciente, então não se enquadra em autonomia o que possa lhe causar mal”, reflete. Na visão dele, autonomia tem sido confundida com autoritarismo médico: “Autonomia é compartilhar com o paciente a decisão sobre a melhor conduta a ser tomada”.

Na ponta, o profissional relata pressões que ele e colegas sofreram para prescrever os medicamentos. Por exemplo, quem precisou deixar o cargo de gestão que ocupava na secretaria de saúde de uma capital do Nordeste por não concordar em escrever um protocolo de tratamento com o



“kit covid”. No ambiente privado, também tem registros de planos de saúde que cobravam dos médicos “bater meta de prescrição de cloroquina”. “É sempre muito desgastante ter que lidar com negacionistas, e quando essas pessoas estão em cargo de poder fica mais ainda”.

Luiz Paulo é um dos profissionais envolvidos no Medicina em Debate (medicinaemdebate.com.br), um podcast sobre medicina, saúde e política traduzidas para o dia a dia, disponível nas principais plataformas de áudio. A cada edição, médicos como ele debatem um tema. A pandemia é assunto recorrente. “O podcast surgiu no período do Mais Médicos, quando as políticas de provimento de médicos começaram a ser discutidas na imprensa, para divulgar uma visão contra-hegemônica da Medicina”, conta. “A aproximação com colegas que pensam de forma semelhante — que a profissão não deve estar voltada para ela mesma mas para a sociedade, comprometida com a mudança — ajuda a entender que não estamos sós e não somos poucos”.

CORPORATIVISMO MÉDICO

Ele cita o caso do Mais Médicos como outro exemplo de que o CFM não é uma “autarquia pública que não possui vinculação política, ideológica ou partidária”, como afirma ser em sua página oficial. “Naquele momento, já existia uma captura política da categoria médica de uma forma geral, esse alinhamento não é novo. A Medicina vem de uma cultura oligárquica, um curso elitizado justamente pela dificuldade de ingresso”, avalia Luiz Paulo, para quem “neutro é só sabão”. “As entidades podem dizer que são neutras, mas as pessoas que ocupam a liderança têm viés político-partidário”.

Engajado no movimento estudantil enquanto acadêmico, o hoje professor da UFRN passou a lidar com a crise de representatividade assim que se formou: “Os conselhos de classe da Medicina são muito fechados. O jogo político interno tem pouca visibilidade. Não me sinto representado pelo CFM, nem pelo meu conselho regional, nem pela Associação Médica Brasileira (AMB). É frustrante”.



Em 23 de março, a AMB — sociedade que concede títulos de especialista — divulgou texto em que condenou o uso de medicamentos do “kit covid”: “Reafirmamos que medicações como hidroxicloroquina/cloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e colchicina, entre outras drogas, não possuem eficácia científica comprovada de benefício no tratamento ou prevenção da covid-19, quer seja na prevenção, na fase inicial ou nas fases avançadas dessa doença, sendo que, portanto, a utilização desses fármacos deve ser banida”.

Em julho de 2020, sob uma diretoria diferente, a associação defendia a “autonomia médica”, mesmo que já houvesse evidências da ineficácia dos medicamentos: “O derby (disputa) político em torno da hidroxicloroquina deixará um legado sombrio para a medicina brasileira, caso a autonomia do médico seja restringida, como querem os que pregam a proibição da prescrição da hidroxicloroquina.”

Meses antes, em abril de 2020, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) manifestava “grande preocupação pelo uso indiscriminado de medicamentos, vitaminas, antioxidantes,

entre outros, sem qualquer comprovação científica de eficácia e segurança de seu uso” e, em maio de 2020, pontuava que os estudos clínicos com cloroquina ou hidroxicloroquina, associada ou não à azitromicina, permitiam concluir que tais medicamentos não mostraram eficácia no tratamento farmacológico de covid-19 e não deveriam ser recomendados de rotina, podendo causar alteração cardiológica associada a uma maior chance de arritmias ventriculares, potencialmente fatais.

Procurada pela *Radis*, a SBI respondeu que “não aborda mais o tema “tratamento precoce” e que “questões de âmbito político também não são abordadas pela entidade, pois é uma sociedade científica”. Em entrevista à BBC Brasil publicada em 27 de janeiro, porém, seu presidente, o médico Clóvis Arns da Cunha, relatou que o fato de a entidade ter divulgado a pouca evidência científica disponível desses remédios “fez com que ele próprio e vários membros fossem atacados pelas redes sociais e chegassem a receber até ameaças de morte”. Ao repórter André Biernath, Cunha também registrou incômodo com a falta de respaldo de outras entidades ao longo de 2020.

PRESSÃO NA PONTA

“Os conselhos de classe existem justamente para lidar com essas situações, que envolvem ética profissional, para serem balizadores da ação da categoria. A partir do momento que falam em ‘autonomia médica’ para prescrever tratamentos comprovadamente ineficazes, estão disseminando desinformação, o que não é nada ético”, opina Luiz Paulo. Para ele, a atuação do CFM na pandemia não tem paralelo em tempos recentes: “É anticientífico e antisaúde, equivocado, está na contramão do consenso da comunidade científica internacional”.

Caramelli concorda: “O CFM está executando um papel divulgador de práticas médicas sem comprovação científica e permitindo infrações ao código de ética que ele mesmo deveria defender na sua função normatizadora”. Ele alerta que a crença descabida em um tratamento mágico para o coronavírus contribui para o descumprimento de medidas de prevenção efetivas, como uso de máscara e distanciamento social.

Foi a mesma denúncia feita pelo ex-diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca), o médico Luiz Antonio Santini, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz, ao se recusar a receber homenagem aos médicos formados em 1970 pelo CRM-RJ. “Como representação de categoria profissional, a conduta omissa diante da maior crise sanitária em mais de um século não me anima a receber homenagem de suas mãos”, escreveu em carta à direção da regional.

“Diante da gravidade do que está ocorrendo em nosso país, é inaceitável omitir-se de denunciar a política deliberadamente anticientífica, abrigando-a sob a proteção do direito à liberdade de prescrição do médico. O que se praticou no Brasil, com a omissão de alguns órgãos, foi uma deliberada política de permitir a contaminação massiva da população, em busca de uma suposta imunidade de rebanho”, criticou. O CFM não respondeu aos contatos da reportagem. 

SE LIGA NAS FAVELAS

O cotidiano dos moradores de favela em meio à covid-19 narrado por comunicadores populares



TEXTO: EQUIPE SE LIGA NO CORONA! E PROJETO CONEXÃO SAÚDE*
FOTOS: COMUNICAÇÃO FRENTE MARÉ

Cada canto da favela é uma história de vida que pulsa. Mães e professoras lutam para garantir o direito à educação para seus filhos, em tempos de isolamento social e de dificuldades trazidas pela covid-19. Uma ativista divide o cuidado com a família e a ajuda a mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente mães solo. No contexto de aumento da fome e do desemprego, um projeto leva alimento para quem não tem. Na corrida para imunizar a população, as dificuldades enfrentadas para uma médica de família para

fazer a vacina chegar até as pessoas. Essas são quatro histórias contadas por um grupo de comunicadores populares da Zona Norte do Rio de Janeiro que mostram o cotidiano e as dificuldades nas favelas durante a pandemia — eles integram a campanha “Se liga no Corona!”, fruto de parceria da Fiocruz com coletivos e lideranças populares. É um alerta de que a covid-19 escancarou ainda mais as desigualdades socioeconômicas e a ausência de políticas públicas para a população em situação de vulnerabilidade, mas também são relatos que mostram que a luta continua no dia a dia.

EDUCAÇÃO NAS FAVELAS

Com a pandemia, a educação, assim como outras áreas, teve também que se adaptar à nova realidade imposta pela covid-19. O ensino presencial deu lugar ao ensino remoto. Com isso, tanto os alunos como os professores tiveram que se reinventar para continuar ensinando e aprendendo. Nas comunidades, muitas famílias tiveram que optar entre garantir acesso às aulas para seus filhos por meio da tecnologia ou trazer alimento para dentro de casa, por conta do agravamento da desigualdade socioeconômica.

Neila Marinho, 44 anos, é professora e pedagoga formada há mais de 20 anos, nascida no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio. Foi professora e coordenadora de uma creche-escola no Alemão, onde acompanhou o cotidiano de desigualdades vivenciado por muitas famílias. Atualmente leciona em um colégio de classe média, com realidade distinta, porém com o mesmo ideal: proporcionar uma educação de qualidade aos filhos.

“Construir um ambiente de aprendizagem dentro de uma comunidade é um dos grandes desafios de um professor”, afirma Neila. Ela menciona a desvalorização do professor, a jornada de trabalho extensa e o número excessivo de alunos dentro da sala de aula como problemas que influenciam muito no ensino-aprendizagem. “Além disso, a falta de recursos pedagógicos, a indisciplina dos alunos e a violência são agravantes que temos de superar como desafios”.

Se antes da pandemia o contexto já era de dificuldades, depois da covid-19 ficou ainda mais difícil garantir o direito à educação, como conta a professora. A realidade de muitos estudantes, sobretudo de favelas e periferias, é a de não ter acesso à tecnologia, o que contribui para a exclusão. “Falar de educação no Brasil já é um problema devido à falta de investimentos. Agora, com a pandemia, ficou ainda mais difícil. A falta de planejamento e recursos só aumentou os problemas socioeducacionais e, com isso, a desigualdade ficou nítida para todos”, explica. Segundo Neila, não foi só a tecnologia que escancarou esse problema, mas a falta de interesse, motivação, estrutura e empatia.

“A educação já vem lutando há muito tempo contra a evasão escolar. Por uma série de motivos os alunos são levados a abandonar os estudos. Com a pandemia foi muito difícil manter o foco de muitos deles. Sem recursos tecnológicos, sem internet, sem material, sem incentivo e, principalmente, sem o seu maior apoiador: o professor. O prejuízo disso tudo é incalculável, pois trazer esse aluno de volta para a rotina é o nosso maior desafio”, lamenta.

No Morro do Timbau, favela que pertence ao Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, Jéssica Guedes, 14 anos, cursava o nono ano do Ensino Fundamental no CIEP Operário Vicente Mariano no início da pandemia. Ela mora com a mãe e irmãos gêmeos de 8 anos — um menino e uma menina. Durante o ano de 2020, ela tentou acompanhar as atividades online, mas não conseguiu e abandonou. “No começo eu não estava muito animada. A gente parou dia 14 de março, aí ficou online. Até comecei a fazer os deveres e depois abandonei tudo de vez. Não sei se era porque estava sendo online, que foi uma coisa muito complexa. E teve a influência dos colegas também”, conta.



Ela estava matriculada no 8º ano, não fez nenhuma atividade passada pelos professores e passou para o 9º ano do Ensino Fundamental. Em 2021, começou a acompanhar as atividades online, tanto as tarefas passadas pela plataforma RioEduca — da Prefeitura do Rio de Janeiro — quanto as aulas ao vivo, e tem conseguido acompanhar. Além disso, iniciou o curso Preparatório para Ensino Médio, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), que oferece aulas ao vivo toda tarde, de segunda a sexta-feira.

No final de maio, Jéssica optou por voltar às aulas presenciais. A turma, que antes era de 38 alunos, agora tem 20, que foram divididos em dois grupos: A e B. A cada semana é um grupo que vai, e as aulas são das 8h às 14h, além do almoço no refeitório, com distanciamento. Na sala de aula, os 10 alunos ficam separados em três fileiras. Na semana em que não tem aula presencial, são passadas atividades pela plataforma RioEduca, com uma aula online por semana.

Sem computador, ela faz tudo pelo celular. Segundo Jéssica, muitos colegas não voltaram a estudar, nem online nem presencial, o que a preocupa por ser o ano anterior ao Ensino Médio. “Este ano estou aconselhando os colegas a fazerem as atividades. Eu falo: já estamos no segundo bimestre, vamos pro terceiro, isso vai te atrasar”. O casal de irmãos, de oito anos, também não fez todas as atividades em 2020, mas as crianças foram “passadas” para o terceiro ano. Ainda não alfabetizados, eles geram mais preocupação na mãe, Sidneya Guedes Martins, de 47 anos. “Eles passaram para o terceiro ano e até agora eu não entendi por quê, já que eles estão com dificuldade na alfabetização”, resume. Segundo a mãe, eles ainda não sabem ler e escrever, e quem ajuda é a irmã de 14 anos. Ela vai até a escola deles toda semana buscar a xerox das atividades que precisam ser feitas e ajuda, um de cada vez, para que não fiquem tão atrasados na escola.

Para a mãe, é também um jeito de manter os filhos em casa, principalmente o menino: “Quando eu vejo que ele quer ir pra rua, eu falo: ‘bora, Jéssica, pega o caderno! Vai fazendo como dá’”. A escola deles também abriu a oportunidade de voltar o ensino presencial, mas no dia das inscrições ela não estava com a internet wifi em casa, teve que ir à casa de uma vizinha para fazer a matrícula, mas não deu tempo e acabaram as vagas. Sidneya espera abrir de novo no mês de agosto. “Pra mim é melhor, porque com eles em casa é difícil. Aí a Jéssica vai e ensina. Um dia é um, amanhã é outro, mas ela também precisa estudar, né?”, explica.

ATIVISMO CONTRA AS DESIGUALDADES

Com objetivo de superar as diversas situações difíceis dentro da favela, os próprios moradores da comunidade se unem para ajudar uns aos outros. Enquanto o Estado não garante o básico às famílias, tampouco o auxílio emergencial consegue suprir as suas necessidades, mulheres como Camila Santos fazem a diferença dentro do lugar onde nasceram e se criaram.

Nascida na Grota, Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio, Camila Moradia, como é conhecida por todos, é



defensora dos Direitos Humanos e militante na questão habitacional desde 2010 após vivenciar uma remoção. Em 2015, fundou o Mulheres em Ação no Alemão (MEAA), que tem como missão acabar com a violência contra mulheres e contribuir para o seu empoderamento e de suas famílias, promovendo direitos e colaborando para o fortalecimento da autonomia.

Em relação aos desafios em meio à pandemia, sobretudo quando as flexibilizações do isolamento iniciaram, Camila explica: “O MEAA é um coletivo que acompanha e monitora famílias chefiadas por mulheres. Com a queda de doações, como já temos um ‘perfil’ da família, conseguimos dar outros direcionamentos através de parcerias. Infelizmente é pouco, mas tem feito uma diferença gigante na vida de muitas famílias”.

Ela conta como é difícil conciliar o cotidiano repartido entre o trabalho, a família, o ativismo e o cuidado com a saúde mental. “A gente tenta conciliar. No pico da pandemia, foi quase impossível. Eu sou mãe solo, durante três meses seguidos eu só via meus filhos à noite. Atualmente, tenho tentado organizar um tempo para cada coisa, mas é difícil porque nossa vida é uma eterna luta por sobrevivência”, pontua.

DESEMPREGO, LUTO E FOME

A pandemia tem deixado marcas difíceis de serem superadas e apagadas. Desemprego, famílias destruídas pela morte e problemas que os moradores de favela precisam enfrentar todos os dias. As contas chegam, a comida acaba, não sobra espaço para o luto. Como a maioria não tem a opção de ficar em casa, arriscam-se

todos os dias enfrentando transportes lotados. De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, promovido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos no fim de 2020 — isso significa que mais da metade da população vivenciou algum tipo de situação de insegurança alimentar (*Radis* 225).

O auxílio emergencial, uma das medidas estratégicas para garantir a sobrevivência dos grupos mais afetados pelo cenário de crise econômica durante a pandemia da covid-19, não consegue cobrir o valor do aluguel, do uso de gás de cozinha e da alimentação. Como denunciado por diversas organizações e lideranças, a redução desse benefício afeta diretamente as condições de vida e segurança de trabalhadores informais, desempregados e autônomos.

Em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro, há seis anos, nasceu o projeto Manguinhos Solidário para atender as demandas de enchentes, problema recorrente na região. “Com o tempo, o projeto começou a atender à população em períodos de grandes urgências de diferentes naturezas”, afirma Paloma Gomes, voluntária do projeto.

Atualmente são distribuídas, em média, 200 cestas básicas por mês às famílias mapeadas por coletivos do território e pelos voluntários do Manguinhos Solidário. Este ano as arrecadações sofreram uma queda. “A arrecadação diminuiu bastante, mesmo com parcerias novas. Não está sendo um período muito bom”, conta. “É um momento muito difícil, em que muitas pessoas perderam seus empregos. Não temos um governo para a população pobre, preta e favelada”.

DESAFIOS DA VACINAÇÃO

Segundo a médica da Clínica da Família do Jacarezinho, Rita Borret, a questão da vacinação tem sido complicada, pois as pessoas trabalham e muitas vezes não conseguem comparecer às clínicas para serem vacinadas. “As pessoas trabalham, têm emprego formal e acabam tendo dificuldades de ir se vacinar no dia destinado à sua idade, já que é sempre em dia de semana e horário comercial. Isso dificulta muito para a primeira dose”, explica.

Além disso, muitas pessoas não têm voltado para tomar a segunda dose, pois alegam medo das reações. “Tem uma dificuldade nesta questão da segunda dose. As pessoas estão com muito medo por causa dos efeitos colaterais que tiveram na primeira. Fazemos o trabalho de conscientização, mas existe muita dificuldade”, relata. As unidades de saúde começaram com um movimento de repescagem, o que tem facilitado para quem perdeu a data conseguir se vacinar.

Nas unidades de saúde da Maré, a situação não é muito diferente. Até 28 de junho, tinham sido aplicadas cerca de 46 mil doses da vacina, segundo a Coordenação de Área de Planejamento (CAP) 3.1. Destas, 36.789 foram primeira dose (o equivalente a 26,2% da população), enquanto 8.900 foram segunda dose (apenas cerca de 6% da população da Maré).

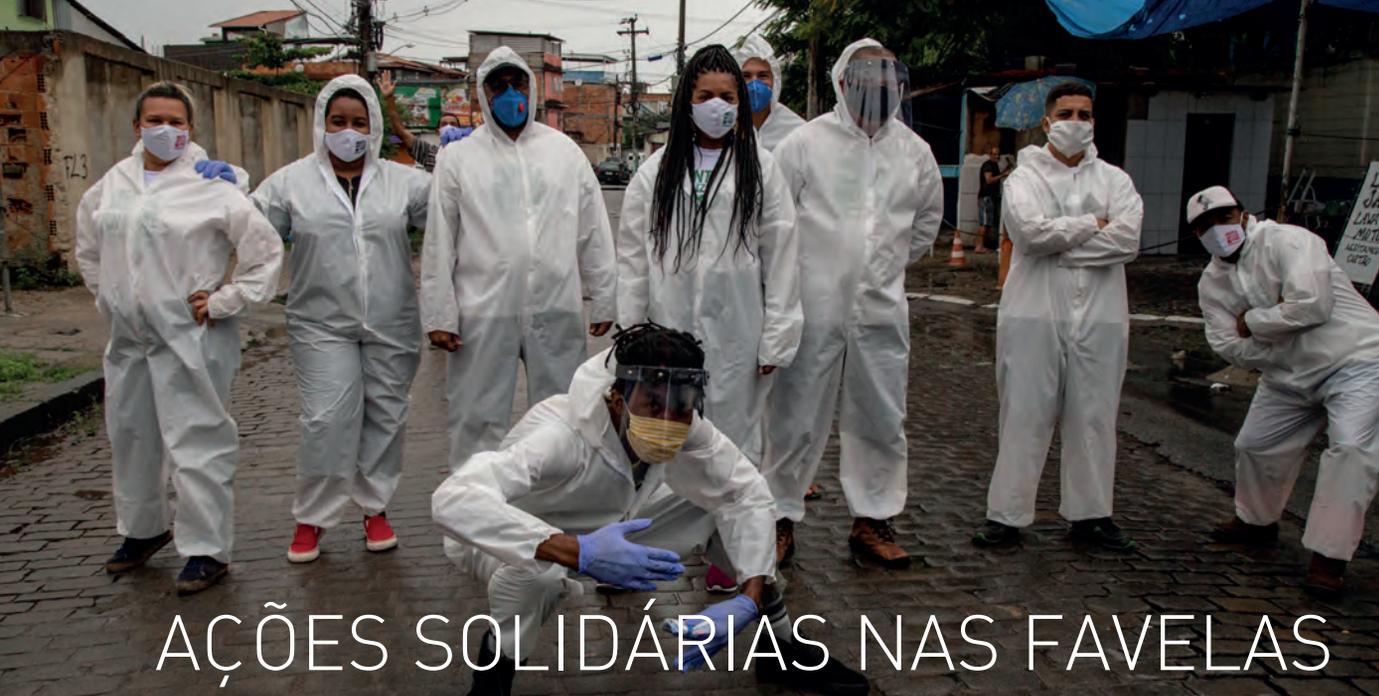


FOTO: ARQUIVO PESSOAL.

Já em Manguinhos, de 30 pessoas entrevistadas pelo projeto Conexão Saúde, 57% disseram ter tomado ao menos uma dose da vacina contra a covid-19, e a maioria afirmou seguir as medidas de isolamento mesmo após ter tomado as doses, segundo dados do projeto. Quanto aos não vacinados, 25% disseram ter preferência por algum tipo de vacina. Destas, 75% revelaram ter medo de reações adversas, como ressaltou a médica Rita Borret.

O projeto Conexão Saúde atua desde agosto de 2020 na Maré e desde dezembro em Manguinhos, promovendo ações de vigilância ativa em saúde. Por meio do projeto, moradores dos territórios têm direito a testes gratuitos, apoio no isolamento social e assistência médica. O projeto está articulado com lideranças comunitárias e é coordenado pela Fiocruz, em parceria com o Conselho Comunitário de Manguinhos, Redes da Maré, Dados do Bem, SAS Brasil e União Rio. Uma das prioridades é a produção de dados confiáveis sobre a situação da pandemia nos dois territórios. Editado desde março de 2020, o boletim Conexão Saúde — De Olho no Corona traz dados atualizados quinzenalmente (número de casos e óbitos, vacinação, testagem e resultados do projeto na Maré e em Manguinhos) junto com a análise de especialistas sobre o quadro atual e propostas para o enfrentamento da covid-19 nestes territórios. As edições do boletim podem ser acessadas em www.redesdamare.org.br/publicacoes.

■ * Colaboração especial para a *Radis*, com a participação de Carolina Vaz (O Cidadão), Jonas di Andrade (Voz das Comunidades), Nathalia Mendonça (Cooperação Social/Fiocruz), Renata Dutra (Comunicadora popular de Manguinhos) e Luiza Gomes (Cooperação Social/Fiocruz)



AÇÕES SOLIDÁRIAS NAS FAVELAS

COZINHAS NA MARÉ

A Frente de Mobilização da Maré terá sua cozinha solidária. A “Cozinha da Frente” e a “Cozinha Marginal” foram aprovadas no edital de Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas, promovido pela Fiocruz e pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). As cozinhas solidárias distribuem refeições gratuitas para as famílias de territórios vulnerabilizados socialmente. A iniciativa de combate à fome viabiliza também doações de alimentos e o trabalho voluntário para a distribuição aos moradores durante os períodos de crise.

NÓIZ NA COZINHA

O projeto social Nóiz surgiu no território do Brejo, na Cidade de Deus, e atua na área de educação e profissionalização com ações voltadas para a cidadania. A ação Nóiz na Cozinha trabalha com o ensino do reaproveitamento de alimentos em pratos e receitas que custam pouco. O objetivo da iniciativa é montar uma cozinha experimental para capacitação ligada ao reaproveitamento de alimentos e alimentação de baixo custo. Estão à frente do projeto os chefs Marília Koury e Filipe Catão.

TEIA DE SOLIDARIEDADE-ZO

A Teia de Solidariedade Zona Oeste articula coletivos, lideranças e instituições atuantes nos bairros de Campo Grande, Bangu, Santa Cruz, Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Vargens, Quilombo do Camorim, Recreio e Jacarepaguá. Gerida e coordenada por mulheres pretas e periféricas, a Teia busca a diminuição da vulnerabilidade de famílias impactadas pela pandemia através da ação emergencial em defesa da saúde comunitária e combate à fome. Foi elaborado um kit de saúde e autocuidado baseado no conhecimento ancestral, principalmente de mulheres pretas nos quintais produtivos, quilombos e favelas da Zona Oeste, que busca ainda o combate à insegurança alimentar através da distribuição de alimentos.

MURAL DE GRAFITE PAINEL COVID

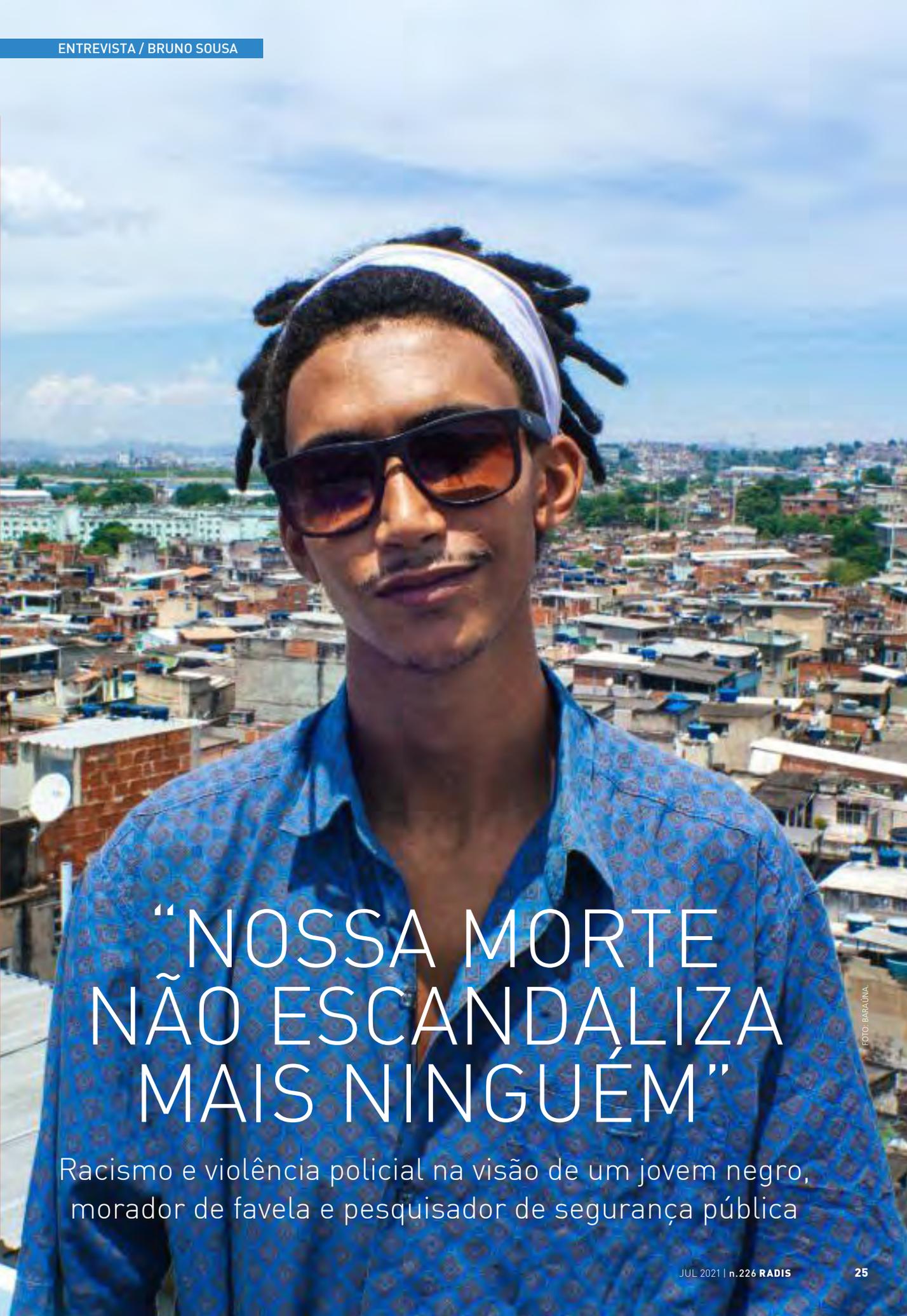
O Painel Covid foi desenvolvido para atualização de dados sobre o avanço da covid-19, como número de casos e óbitos na favela. Foram escolhidos pontos estratégicos da Maré para registro do diagnóstico e acompanhamento dos dados que muitas das vezes não chegam até a população por dificuldades de acesso à informação. Grafiteiros do território foram convocados para realização das artes do mural com as informações da pandemia para promover essa comunicação visual e diálogo com os moradores.

4G PARA ESTUDAR

O pré-vestibular Unifavela, um dos mais recentes da Maré, participou de um programa de inclusão digital chamado “4G para Estudar”, da ONG Nossas, que teve que se adaptar à realidade local. O programa deveria, a princípio, pagar planos de internet banda larga para os estudantes, porém os serviços operantes na Maré não têm boa qualidade. Sinal de internet fraco e intermitente é o principal problema. O pré-vestibular, então, utilizou o apoio para comprar tablets e chips para acesso ao 4G de seus estudantes, que a partir de agosto de 2020 puderam acompanhar as aulas sem tantas interrupções.

RUMO AO ENEM

O projeto da Unicef, viabilizado pela ONG Luta pela Paz, sediada na Maré, que visa a garantia do direito ao estudo de jovens que iriam fazer o Enem. No caso da Maré, o projeto firmou uma parceria com o Curso Pré-Vestibular (CPV-CEASM) para realizar o cadastramento de jovens interessados que tivessem renda familiar per capita inferior a 178 reais por mês; residentes em locais com cobertura de algum sinal de internet; sem dispositivo em casa para acesso à internet e nem pacote de dados ou qualquer tipo de acesso ao sinal de internet. Foram beneficiados 16 participantes do CPV que receberam, cada um, um smartphone, um cartão pré-pago que foi recarregado mensalmente durante cinco meses, dentre outros itens como caderno e livro. A distribuição foi realizada em novembro de 2020.



“NOSSA MORTE NÃO ESCANDALIZA MAIS NINGUÉM”

Racismo e violência policial na visão de um jovem negro, morador de favela e pesquisador de segurança pública

ANA CLÁUDIA PERES

Na Zona Norte do Rio de Janeiro, um grupo de jovens começou a produzir dados para gerar diagnósticos e pautar políticas públicas. Se precisar, eles literalmente desenham. Helicóptero da polícia também conhecido como “caveirão voador”, custo estimado: 22 milhões de reais, o que daria para pagar 88 mil auxílios emergenciais; fuzil, preço mais baixo: 5 mil reais, valor que poderia bancar um aluno da rede pública municipal durante um ano inteiro. Nas postagens que ganharam as redes, eles fazem comparativos parecidos em relação a coletes, carros blindados e outros equipamentos, para mostrar que o dinheiro gasto na malfadada guerra às drogas poderia ser utilizado em saúde, educação, cultura, moradia. Trata-se do LabJaca — Laboratório de dados e narrativas sobre favelas e territórios periféricos, localizado no Jacarezinho.

Estudante de jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bruno Sousa é um dos sete integrantes e coordenador de comunicação do LabJaca. Depois de ter passado pela Agência Narra, do Observatório de Favelas, e pelo Intercept Brasil, e inspirado por iniciativas de comunicação que se multiplicam nas favelas, ele decidiu juntar-se aos amigos para tocar um plano antigo, na comunidade onde morou boa parte da vida. No LabJaca, os números e os relatos são usados para que a favela dispute a cidade, diz Bruno, que também é pesquisador do tema da segurança pública. No Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), faz parte da equipe do projeto Panóptico, que monitora os usos da tecnologia de reconhecimento facial pelas polícias e guardas municipais.

Quando integrou a redação do Intercept, ele escreveu um forte relato em forma de diário sobre o dia em que sofreu duas abordagens policiais em apenas 10 minutos. “Foi a primeira vez que chorei”, anotou. Não foi a última. Nesta entrevista à *Radis*, Bruno relembra o episódio. Também descreve o cenário de horror que encontrou na favela do Jacarezinho, logo depois da operação que deixou 28 mortos e becos e vielas tomados por sangue, no último mês de maio, em plena pandemia.

Durante uma hora de conversa (que você confere na íntegra no site da *Radis*), ele discute racismo e violência policial, explica a importância da produção cidadã de dados e mostra por que a pauta do antirracismo ainda precisa avançar no Brasil.

O que passa pela cabeça de um jovem negro, morador da favela, jornalista e pesquisador de segurança pública, no momento de uma abordagem policial violenta?

É bem complicado estudar e produzir conhecimento em relação a esse assunto ao mesmo tempo em que a gente vive isso na pele. É bem complicado estar em seminários e rodas de discussão sobre segurança pública, em que pessoas renomadas — normalmente pessoas brancas — estão pensando a violência policial de uma forma tão “racional” e a gente também ter que pensar de forma racional, sendo que vivenciamos aquilo diariamente. Quando escrevi a matéria publicada no início de 2019 no Intercept, passei um mês anotando essas abordagens policiais cada vez mais truculentas, no Jacarezinho, onde eu morava na época. Foi num período de intervenção federal em que as operações com a presença do Exército eram uma constante. Os policiais sempre me paravam — era a mesma viatura, os mesmos policiais. Eles reviravam minha marmita. Eu não podia nem comer depois porque eles enfiavam a mão na minha comida. No dia em que tomei duas duras em apenas 10 minutos, uma delas foi do Exército, logo na saída da favela, e a outra da própria PM, na saída do metrô. E eu recebia ameaças porque era jornalista. Eles riam da minha cara, falavam que eu não era nada, que eu era um merda. Tentava retrucar, mas não adiantava. Eles diziam: “Se tu fosse bandido, já estava com a cara no chão”. Todo pesquisador preto, principalmente, que vem de favela e estuda segurança pública, em algum momento se pergunta se está no caminho certo. Porque é pesado tentar explicar essas dinâmicas de segurança pública, quando somos afetados diretamente por elas.



Bruno Sousa: “As operações policiais apenas renovam as táticas de encarceramento e de controle de corpos, baseadas em racismo desde sempre”

FOTO: BARAUNA

Como o racismo e a violência policial impactaram o seu cotidiano?

Nessa época, saí do Jacarezinho por isso. Eu queria ter continuado dentro da favela, mas minha mãe e minha esposa estavam bem apreensivas. E eu também entendia que havia uma exposição muito grande e que não fazia tanta diferença continuar lá dentro. As abordagens policiais não pararam depois dessa época, ainda que hoje ocorram com uma frequência bem menor — antes, todas as vezes que saía da favela, eles me paravam. Mas, semanalmente, ainda sou abordado pela polícia. Na verdade, não muda, né? Estou morando fora da favela, tenho condições melhores para me deslocar sem precisar pegar transporte público, mas isso não impede que eu seja parado quando estou no carro de um amigo ou quando eu mesmo estou dirigindo.

O assassinato do menino João Pedro, no Complexo do Salgueiro, ano passado, a chacina no Jacarezinho e a morte de Kathlen Romeu, em Lins de Vasconcelos, recentemente. O que esses episódios nos contam sobre racismo?

As operações policiais se concentram nas favelas e são baseadas em racismo. A maioria esmagadora das pessoas que morrem são negras. Mas a dinâmica do racismo é tão sofisticada que ela racializa todo o território. Óbvio que não tem como comparar, mas quando você vive num território racializado, mesmo que seja branco, também sofre consequências. E quando você vive sob o domínio da necropolítica que decide quem pode viver e quem pode morrer, percebe que o racismo vai apenas se renovando. A gente acompanha a questão do controle da polícia sobre esses territórios como um dado histórico. A polícia militar foi criada para proteger e servir a um certo tipo de população. Até hoje, na logo da PM do Rio de Janeiro, você vê uma arma e umas folhas de cana. Isso remete totalmente à escravidão. Quem trabalhava na colheita de cana? Pessoas negras. É um mecanismo muito sofisticado. Hoje, penso que as operações policiais apenas renovam essas táticas de encarceramento e de controle de corpos, que são baseadas em racismo e são históricas desde sempre: seja com aparelhos bélicos — que chamo de “brinquedinhos” da polícia, porque parece que eles têm fetiche por comprar helicópteros de milhões, um caveirão de milhões ou milhares de fuzis — seja com o avanço tecnológico, como é o caso do Projeto Panóptico de reconhecimento facial.

Por que você considera que operações policiais continuam acontecendo nas favelas do Rio, mesmo com a decisão do STF de proibi-las durante a pandemia?

Com certeza faz parte disso que estamos falando e acho que o desacato à decisão do STF vai até um pouco além. As polícias do Rio sempre se declararam autônomas, óbvio que não abertamente. Mas, por exemplo, temos leis que obrigam os policiais a usarem câmeras

no uniforme e na viatura. Mas eles não usam, boicotam e até quebram as câmeras. Quando o órgão máximo do Judiciário no Brasil determinou que as polícias não fizessem operações nas favelas durante a pandemia e elas seguem acontecendo com o número de mortes batendo recordes, a gente percebe que há um claro desacato ao STF. É quase como uma resposta: “Vamos seguir fazendo o nosso trabalho e aqui a gente faz o que quiser. Não se metam”. Dentro da polícia, correm boatos de que, como o STF autoriza as operações em casos de excepcionalidade, a interpretação deles para burlar tal decisão é de que o Rio de Janeiro inteiro vive sempre uma situação de excepcionalidade. Ou seja, eles vão sempre conseguir justificar as operações policiais que fazem, principalmente se têm o aval do Ministério Público Federal e de órgãos públicos que legitimam esse tipo de ação.

Como manter uma rotina com a violência e o medo sempre à espreita?

Primeira coisa a ser dita: é preciso tirar o estigma de que o morador de favela é conivente com qualquer grupo armado que comanda o território, seja o tráfico de drogas de qualquer facção seja, a milícia. A população não é conivente com esse tipo de coisa. No Rio de Janeiro, se acreditou durante muito tempo que as milícias poderiam ser algum braço de segurança, que ajudariam a tirar os bandidos do local. Mas hoje já se entende que a milícia é um mal tão grande ou pior do que o tráfico de



Kathlen Romeu, 24 anos, estava grávida e foi morta por disparos da polícia durante operação em favela

FOTO: @ALMARENTINA

#KATH
#VIVE!

drogas. A população vive absolutamente perdida sob o domínio do medo. As pessoas que têm condição de sair da favela acabam saindo. Quando ocorrem operações policiais, no caso dessas áreas dominadas pelo tráfico, você perde aula, perde um dia de trabalho, o seu chefe não entende que você não tinha condição de sair da localidade por conta de uma troca de tiros. A população vive esperando por dias melhores, mas acho que depois da chacina no Jacarezinho, as pessoas deixaram de acreditar. Até aquelas que ainda acreditavam na polícia ficaram totalmente horrorizadas. Conversei com muito morador e todos me reforçaram que passaram de qualquer limite. “A gente é humano”, me diziam. O que a gente tem observado em todas as favelas é uma falta de esperança, um estado geral de desânimo.

Muitos já consideram essa a maior chacina da história do Rio. O que você viu naquele dia?

Às 6 horas da manhã, a gente já estava recebendo mensagem por WhatsApp, nas redes sociais do LabJaca e redes de denúncias. Eram os moradores avisando que a operação estava acontecendo e que já tinha gente baleada. A partir dali, começamos a acompanhar a operação policial, principalmente pelo sensacionalismo mostrado na TV Globo, com uma transmissão ao vivo, exibindo traficantes que pulavam de uma laje para a outra com fuzil, filmando a polícia entrando na favela, e com repórter gritando: “Traficantes fortemente armados!”. Acho que a Globo foi uma das grandes responsáveis pelo desastre que aconteceu. Porque, no momento que você expõe os agentes do Estado ao vivo na maior emissora do país, no meio de uma operação, a polícia passa a ter que dar respostas. E a gente sabe que a resposta da polícia naquele tipo de situação é 100% violenta.

Que cenário você encontrou na favela?

Foi um banho de sangue. Uma chacina, não tem outro nome que não esse. Ao longo do dia, a gente ouviu a mídia falando do número de mortos: primeiro, 10, depois, 15, depois 18. Mas às 11 da manhã, a gente já sabia que eram 28 mortos. Achávamos inclusive que haveria mais, porque moradores já tinham falado que viram 28 corpos dentro de um único blindado. A partir daquele momento, a gente começou a se mobilizar e abrir canais de denúncia. Entramos em contato com a Defensoria e com todos os jornais. Por volta do meio-dia, quando os tiros cessaram e a polícia estava saindo, o que vi foi uma das cenas mais aterrorizantes da minha vida. Todos os lugares estavam cobertos de sangue, literalmente, todos os becos. A gente entrou na casa daquela garotinha que viu uma pessoa ser assassinada e o pai dela nos disse: “Como a minha filha vai voltar a dormir aqui? Ela viu os policiais executarem um cara no quarto dela, como ela vai voltar pra cá?” A gente via senhoras de 80 anos de idade tendo que lavar calçada com água e sabão porque o beco inteiro estava banhado de sangue. Foi sem sombra de dúvidas um dos piores



Grafito no Jacarezinho: arte onde havia bala

FOTO: PAULO BARROS

dias da minha vida. As coisas que vi, fotografei e filmei não vou conseguir tirar da cabeça. Nunca vi aquilo nem quando morava na favela e tive a minha casa invadida em operação policial por diversas vezes. Nada se compara aquilo. Foi a maior chacina da história do Rio cometida pela polícia, sim.

Como a ideia de produzir dados e contar histórias da favela — como vocês têm feito no LabJaca — pode contribuir para a elaboração de políticas públicas?

Basicamente todas as decisões que a gente tem hoje, seja em esferas de política pública, seja em decisões empresariais, são pautadas por dados e a população de favela não pode ficar atrás disso. A gente precisa pautar a realidade a partir dessas evidências, dos números, das coisas concretas. Normalmente a narrativa da favela é uma narrativa de ausência, de carência. Na minha interpretação, ninguém mais se choca ou sente empatia por um corpo negro caído no chão ou por saber que aquela população é a mais carente. Só a história da miséria ou a tristeza não tem mais convencido as pessoas. O que a gente decidiu foi pautar isso também a partir dos dados e dos números. Quando a gente faz essa produção cidadã de dados dentro da favela, realmente esperamos que seja um fator empoderador para que essa população entenda seus direitos e para a construção de políticas públicas.

Crianças durante evento no Jacarezinho: segundo dados do LabJaca, pelo preço de um fuzil da polícia, seria possível bancar um aluno da rede pública por um ano



FOTO: PAULO BARROS

Que lugar ocupa a pauta do antirracismo no Brasil hoje?

Infelizmente, muito do que a gente vem discutindo agora ainda é importado. Nos últimos dois anos, a gente teve a morte do João Pedro e da Ágatha Vitória [no Complexo do Alemão], mas quando a gente teve protesto de fato aqui foi quando o George Floyd morreu. E nem acredito que isso seja uma culpa da população da favela. Muita gente me pergunta: por que o pessoal da favela não sai para protestar e não quebra a cidade inteira? Mas o que acontece é que a gente tem esses baques diariamente e fica difícil protestar quando morre um George Floyd a cada 23 minutos aqui. Nos Estados Unidos, o racismo é escancarado, não é velado como no Brasil, onde a gente não consegue discutir abertamente o problema. A gente avança pouco e não consegue atingir grande parte da população que ainda acredita no senso comum de que “bandido bom é bandido morto” ou de que “se morreu é porque estava devendo ou fazendo alguma coisa errada”. Essas pessoas ainda não aceitam que boa parte do que acontece de desastre no país é baseado no racismo.

Como fica a esperança?

Acho que sou a pessoa mais pessimista do mundo (risos). Mas eu tento buscar a esperança até no fundo

do poço para que a gente também não desacredite no nosso trabalho. Depois de tudo o que aconteceu no Jacarezinho, o LabJaca estava conseguindo levar atendimento psicológico e jurídico à boa parte da população da favela. A gente também conseguiu fazer um superevento com grafiteiros renomados do país inteiro, que foram até lá pintar os muros e levar arte para onde havia bala. Fizemos o vídeo “Quanto custa uma vida?”, que teve uma repercussão muito boa. E aí, depois de tudo isso, depois que a gente estava conseguindo fazer algo no pós-chacina e caminhar apesar de toda a tragédia, na semana seguinte, recebe outro baque com uma amiga próxima e que estava grávida, a Kathlen, sendo assassinada em Lins de Vasconcelos. As pessoas costumam falar que a polícia militar fica enxugando gelo na guerra às drogas, mas acho que eles estão fazendo “muito bem” o trabalho deles de executar a população. Quem está enxugando gelo aqui é a gente, que fala toda hora a mesma coisa, que estamos morrendo, e isso não muda, não choca, não escandaliza mais ninguém. Olhando como uma pessoa que estuda e vive a segurança pública e também mora em favela, o cenário é bastante desanimador. Em nenhum momento fica melhor. Pelo contrário, acho que a gente caminha para ver coisas como a última chacina do Jacarezinho serem consideradas normais.



A REVOLUÇÃO PELO AFETO

Exposição com obras do
Museu de Imagens
do Inconsciente e de
artistas contemporâneos
homenageia
Nise da Silveira

TEXTO E FOTOGRAFIA: ADRIANO DE LAVOR

Em cartaz no Rio de Janeiro até 16 de agosto, a exposição Nise da Silveira — A revolução pelo afeto, que reúne produção do Museu de Imagens do Inconsciente, no Rio de Janeiro, e obras de artistas contemporâneos, homenageia a psiquiatra alagoana que usou o afeto como força motora de seus estudos e ferramenta de trabalho, estabelece um diálogo entre arte e saúde e, ao mesmo tempo, revela importantes elementos que constituíram a Reforma Psiquiátrica brasileira.

“A exposição ora apresentada reúne histórias, pesquisas e conhecimentos que iluminam aspectos ainda pouco conhecidos de nossa psique. Num mundo abalado pela pandemia, este trabalho mostra pontes para auxiliar nos (re)encontros com a vida, como pode se ver nas obras de nossos artistas que traduziram suas experiências em formas e cores que nos emocionam pela rara beleza”, lê-se na apresentação da mostra, que desde julho também pode ser vista por meio de uma galeria virtual em 3D.

O curador Diogo Rezende dividiu a exposição física em três núcleos. Na primeira sala, que recebeu o nome de Contexto, dor e afeto, o visitante é apresentado às referências históricas e científicas com as quais teve que lidar a jovem Nise, no início do século 20, quando a racionalidade extrema da ciência recomendava tratamentos baseados em choques elétricos e encarceramento. Também estão lá representados os desafios impostos aos seus precursores, como Juliano Moreira, que enfrentou a crença da “superioridade das raças” e se recusou a endossar a relação que se estabelecia entre a mestiçagem das raças e a degeneração do povo brasileiro.



Nise da Silveira e o interno Jarbas, que sempre a acompanhava nas festas promovidas pela Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (Stor), no hospital em Engenho de Dentro: Afeto como base do tratamento

“NÃO APERTO”

Mas está lá, sobretudo, o poder da resistência da psiquiatra, que enfrentou o cenário adverso de sua época e conseguiu se impor, diante do higienismo, do controle e do machismo, como uma voz pioneira e dissonante, que trouxe o afeto à terapêutica e entendeu a importância das imagens para compreensão do inconsciente. A estrutura da exposição é bem didática, contrapondo informação histórica com discussões atemporais, como os limites entre normalidade e loucura ou as fronteiras tênues entre transtorno e genialidade. Um cenário que se estrutura a partir destes e de outros contrastes: afeto e resistência, racionalidade e expressão artística, encarceramento e liberdade.

Ao primeiro olhar no meio da sala se destaca uma faixa vermelha, estendida verticalmente, onde se lê a frase “Não aperto”, uma referência à recusa da psiquiatra em pressionar o botão que acionaria o eletrochoque em um paciente, quando foi apresentada à técnica de tratamento. Em um nicho, uma cabeça de louça, dividida em setores, exemplifica a frenologia, teoria do século 19 que advogava ser possível determinar caráter e personalidade de uma pessoa pelo formato da cabeça. Nas paredes, frases de especialistas dividem espaço com fotografias, depoimentos e reproduções que estabelecem contrapon-tos e indicam correlações. “A loucura é resultado de uma construção social, mais do que uma verdade médica”, alerta uma frase de Foucault, em uma das paredes.

O fio condutor, no entanto, é a expressão artística, instrumento utilizado por Nise em seus estudos e no trabalho que desenvolveu ao longo da vida. Um dos totens dá destaque a Lima Barreto, escritor que flertou com a loucura e registrou em suas obras a passagem pela colônia de alienados da Ilha do Governador, no Rio



Na faixa estendida, o registro da recusa de Nise da Silveira em apertar o botão que disparava o eletrochoque em seus pacientes

de Janeiro. Numa parede próxima, em destaque estão alguns dos “objetos relacionais”, criados pela artista plástica Lygia Clark e usados nas experiências terapêuticas do médico Lula Wanderley — um lembrete que a saúde mental também está relacionada às experiências corporais e sensoriais. Ao fundo, ouve-se o depoimento de Stella do Patrocínio, que viveu na Colônia Juliano Moreira, também no Rio, a relatar a falta de sentido da dor que vem sentindo.

A disposição de objetos e informações constrói um ambiente sinestésico que emoldura obras de ex-pacientes de Nise e de outros artistas contemporâneos. A delicadeza do trabalho de Adelina Gomes, que escreve “Eu queria ser flor”, em um dos quadros, contrasta com o diagnóstico de sua psicose; a genialidade de Emygdio Barros, incensada pelas palavras do poeta Ferreira Gullar, traduz-se e se confunde com a esquizofrenia. “Saber ler no canto do olho de um esquizofrênico não é pra qualquer pessoa, não”, escreveu a terapeuta sobre o paciente. No canto da sala, uma projeção de luz simula a sombra das grades de um portal, como se indicasse o desejo por liberdade. Em uma fotografia, o retrato do afeto. Nise posa de braços dados com o interno Jarbas, que sempre a acompanhava nas festas. Nas mãos, ela carrega uma rosa.

A exposição segue por um corredor onde estão as memórias biográficas da psiquiatra. A foto que a mostra como a única mulher formada na turma de medicina, lembranças de Mário, seu marido, e da casa em que viveram na rua do Curvelo, no bairro carioca de Santa Tereza. As amizades, a militância política e as reflexões e amizades feitas no cárcere, quando foi presa pela Ditadura Vargas. Neste e em outro momento, a exposição insere a relação de Nise com intelectuais e artistas de sua época: Manuel Bandeira, Olga Prestes, Graciliano Ramos.



A exposição mescla obras de ex-pacientes de Nise, que estão no Museu das Imagens do Inconsciente, com objetos que pertenceram à psiquiatra



Além de obras de arte, objetos e fotografias, a mostra também reúne informações sobre contemporâneos de Nise e referências que a ajudaram a construir um caminho

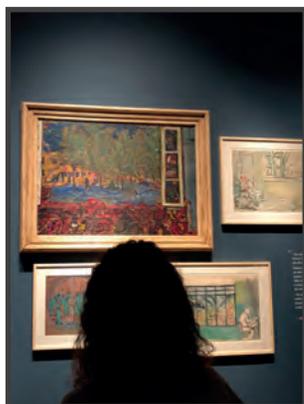
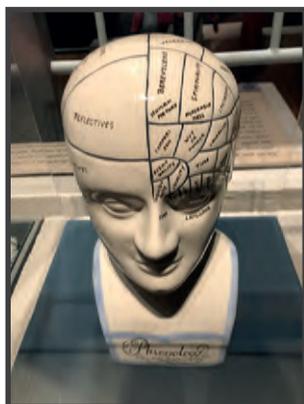
DO ENGENHO AO INCONSCIENTE

No cômodo seguinte, o Atelier de Nise aproxima o visitante de seu cotidiano. A mesa de trabalho, os livros que leu e os que escreveu, sua defesa pela terapêutica ocupacional, objetos, experiências, e sua paixão pelos gatos. Tudo entremeado pela arte. Neste espaço, destaca-se o trabalho de Albertina Borges D’Rocha, que depois de muitas passagens pelo Museu das Imagens do Inconsciente, encontrou-se na escrita de um livro autobiográfico, e a crítica feita por ela à forma como foram tratados os ex-pacientes que participaram da Bienal de São Paulo.

O último núcleo da exposição usa a metáfora do Engenho de Dentro como o inconsciente, explica o curador. Na primeira sala, ao centro, uma videoinstalação projeta, numa tela circular, algo que sugere a movimentação da mente humana. Nas paredes, a aproximação e algumas correspondências com Carl Gustav Jung, de quem Nise foi aluna, explicações e alegorias apresentam arquétipos, contos de fada,

mitos e mandalas. Numa das paredes, a fotoperformance Alice e o chá através do espelho, realizada num lixão de Belém, pelo artista Rafael Bqueer, traz um toque de surrealidade ao ambiente. Na sala seguinte, um grande mapa do bairro do Engenho de Dentro divide espaço com belas fotos do projeto Na Iona, de Rogério Reis, e do antológico desfile da Escola de Samba Beija Flor, em 1989: “Ratos e urubus, larguem minha fantasia”.

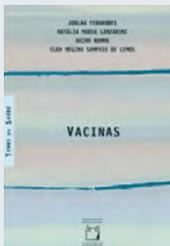
Ao fim, fica-se com a sensação de que as 100 obras, 90 delas pertencentes ao acervo do Museu de Imagens do Inconsciente, fundado em 1952 por Nise, no bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, são apenas a ponta do iceberg da obra magistral de uma das mais importantes vozes da Reforma Psiquiátrica brasileira, mas que cumprem o importante papel de retratar e reafirmar a natureza terapêutica e curativa da arte, bem como a importância do afeto na construção das relações humanas. Em cada pincelada, em cada objeto e em cada fotografia, o afeto está lá. E por meio dele, Nise vive. 





LITERATURA & CIÊNCIA

Que tal ler uma série de contos inspirados em pesquisas desenvolvidas em universidades públicas brasileiras? A ideia ganhou corpo numa parceria entre a revista Suplemento Pernambuco e o Instituto Serrapilheira e virou a série Botão Vermelho. Para o projeto, Itamar Vieira Junior escreveu "Na vastidão, o céu da noite", motivado pelo trabalho da professora Rita de Cássia dos Anjos, que busca identificar a origem dos raios cósmicos. Em "Rio de Meandros", Socorro Acioli constrói uma belíssima ficção inspirada na pesquisa de Marina Hirota, que investiga como a floresta Amazônica cria uma comunicação própria para se preservar diante de adversidades climáticas. Detalhe: clicando sobre as palavras em vermelho destacadas ao longo dos contos, o leitor tem acesso a outros dados e informações científicas. Até aqui, já foram publicadas 10 histórias, que você pode ler em <https://bit.ly/3hbN2gh>.



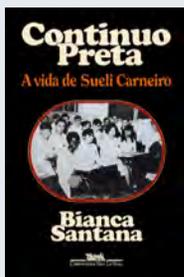
A HORA DA VACINA

Você já deve ter se deparado com discussões sobre ensaios clínicos, vacina de vetor viral, vacina de mRNA e imunidade de rebanho. Mas sabe o que significam esses termos relacionados às pesquisas sobre vacinas? Vacinas tornaram-se um dos assuntos mais

corriqueiros, desde o início da pandemia de covid-19, e é também o título do livro lançado, em junho, pela Editora Fiocruz. Escrita por Jorlan Fernandes, Natália Lanzarini, Akira Homma — uma das maiores autoridades em vacinas no mundo — e Elba Lemos, pesquisadores e profissionais vinculados à Fiocruz, a obra discute, em linguagem acessível, o papel das imunizações na prevenção e no controle de doenças infecciosas ao longo da história. Integrante da coleção Temas em Saúde, o livro está disponível nos formatos impresso, pela Livraria Virtual da Editora, e digital, pela plataforma SciELO Livros.

QUERIDO DIÁRIO

Desde o ano passado, o formato do diário tem se mostrado uma narrativa midiática instigante para fazer pensar sobre os desdobramentos da pandemia. Um bom exemplo é o podcast Diário do Front, do neurocientista Miguel Nicolelis, com episódios semanais no El País Brasil. Outra dica vem agora na forma de um livro: Diário da Quarentena — A Pandemia de Covid-19 como Acontecimento. Escrito a várias mãos pelos pesquisadores do GrisLab (UFMG), reúne textos diversos elaborados no calor da hora, a cada mês, como registros cotidianos — ou uma espécie de cadernos de notas — dos autores, que refletem sobre o conceito de "acontecimento" à luz da pandemia com toda a desorientação e ruptura que provoca. Acesso gratuito em <https://bit.ly/3A770GE>.



SUELI CARNEIRO

Uma das maiores intelectuais brasileiras e referência do movimento negro, Sueli Carneiro ganha a biografia Continuo Preta (Companhia das Letras). Em entrevista ao Brasil de Fato, Bianca Santana, jornalista autora da obra, disse que um dos maiores desafios foi contar uma história individual por trás de tamanha atuação coletiva. No livro, é possível conhecer um pouco mais da vida discreta da fundadora do Geledés — Instituto da Mulher Negra, desde os tempos em que ela era a única menina preta da escola. O pensamento de Sueli Carneiro é destaque ainda na série Filósofas Brasileiras (<https://bit.ly/3xZVK86>) e no episódio 2 do podcast Vidas Negras, numa dobradinha com Djamila Ribeiro (<https://bit.ly/3jADpe3>).

CONTRA A DESINFORMAÇÃO

Não por acaso, em abril de 2020, a ONU declarou que estamos vivendo uma "perigosa epidemia de desinformação". Lançado no ano passado e agora disponível para download, o e-book Desinformação: Crise Política e Saídas Democráticas para as Fake News joga novas luzes sobre o assunto, ao traçar um panorama amplo do fenômeno e sua relação com a crise política, além de apresentar propostas concretas para lidar com a questão no Brasil. O título é uma parceria do coletivo Intervezes com a editora Veneta. Baixe aqui: <https://bit.ly/360GyeQ>



Carta aberta ao Supremo Tribunal Federal sobre os povos indígenas

Excelentíssimos ministros do Supremo Tribunal Federal, Dirigimo-nos respeitosamente a Vossas Excelências na condição de cidadãs e cidadãos não indígenas deste território em que se constituiu o Estado Brasileiro e envergonhados com a forma com que, há séculos, tratamos os povos originários e os assuntos que são de seu interesse e direito.

Os indígenas foram tratados pela lei brasileira como indivíduos relativamente incapazes até a Constituição de 1988. É verdade que esse tratamento poderia se justificar como uma proteção do Estado-guardião contra práticas enganosas e fraudulentas a sujeitos sem a plena compreensão dos parâmetros sociais da sociedade dominante. Entretanto, a história de expulsão, transferência forçada e tomada de suas terras pelo Estado ou por particulares sob aquiescência ou conivência do Estado evidenciam os efeitos deletérios de uma tutela estatal desviada de sua finalidade protetiva.

Segundo o último Censo do IBGE (2010), 42,3% dos indígenas brasileiros vivem fora de terras indígenas e quase metade deles nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Essas regiões foram as primeiras e as mais afetadas pelas práticas de expulsão e ocupação não indígena das terras dos povos originários. Embora boa parte da sociedade brasileira, por simples desinformação, pense que a tomada e a ocupação das terras dos indígenas tenham ocorrido nos primeiros anos da chegada dos europeus a este território, isso não é verdade.

Foi sobretudo com as políticas de expansão para o Oeste iniciadas sob Getúlio Vargas e aprofundadas na Ditadura Militar, com grandes obras de infraestrutura e abertura de frentes agropecuárias, que os indígenas sentiram com mais vigor e violência o significado do avanço da “civilização” sobre suas terras e seus recursos. São deste período, os massacres dos índios Panará, dos Waimiri-Atroari e dos Krenak, para mencionar apenas alguns. É também deste período, a formação das reservas do SPI [Serviço de Proteção ao Índio], hoje superlotadas e caóticas, para onde foram removidos, sem esclarecimento ou prévio consentimento, os Terena e os Guarani e Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, os Guarani Mbyá foram expulsos de suas terras com a ocupação recente do oeste do Paraná e a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

(...)

No entanto, a perda dos territórios jamais foi esquecida ou aceita pelos indígenas. A conquista a duras penas dos direitos elencados nos artigos 231 e 232 da Constituição foi

a oportunidade para as comunidades indígenas finalmente reivindicarem junto ao Estado o reconhecimento e a demarcação das terras de onde haviam sido, há não muito tempo, expulsos e desapropriados. Como consequência, a partir dos anos 90 do século 20, inicia-se no Brasil um amplo processo de demarcação de terras. Conforme a Funai [Fundação Nacional do Índio], há 435 terras indígenas definitivamente regularizadas no país, sendo que mais de 98% da área demarcada está na Amazônia.

A realidade é muito diversa no resto do país. Embora muitos processos de demarcação tenham sido iniciados, há em torno de 231 processos demarcatórios paralisados e 536 pedidos indígenas de constituição de grupos de trabalho para identificação de outras terras tradicionais.

(...)

Enquanto esses processos se desenrolam lentamente na justiça brasileira, conflitos e violências contra comunidades indígenas se multiplicam país a fora. Cansados da indisposição do Estado em garantir-lhes o retorno às suas terras, comunidades indígenas têm ocupado as terras identificadas ou reivindicadas à Funai e sofrido intensos ataques armados de milícias rurais, que resultam em mortes, espancamentos, tortura e toda sorte de atos desumanos e humilhantes caracterizados como verdadeiros crimes contra a humanidade. Decisões judiciais anulatórias não farão cessar os conflitos, ao contrário os acirrarão. Vulneráveis e sem acesso à terra, essas comunidades serão simplesmente exterminadas, se não pelas armas, pela absoluta ausência de base territorial para que as próximas gerações desfrutem de um espaço para manter sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

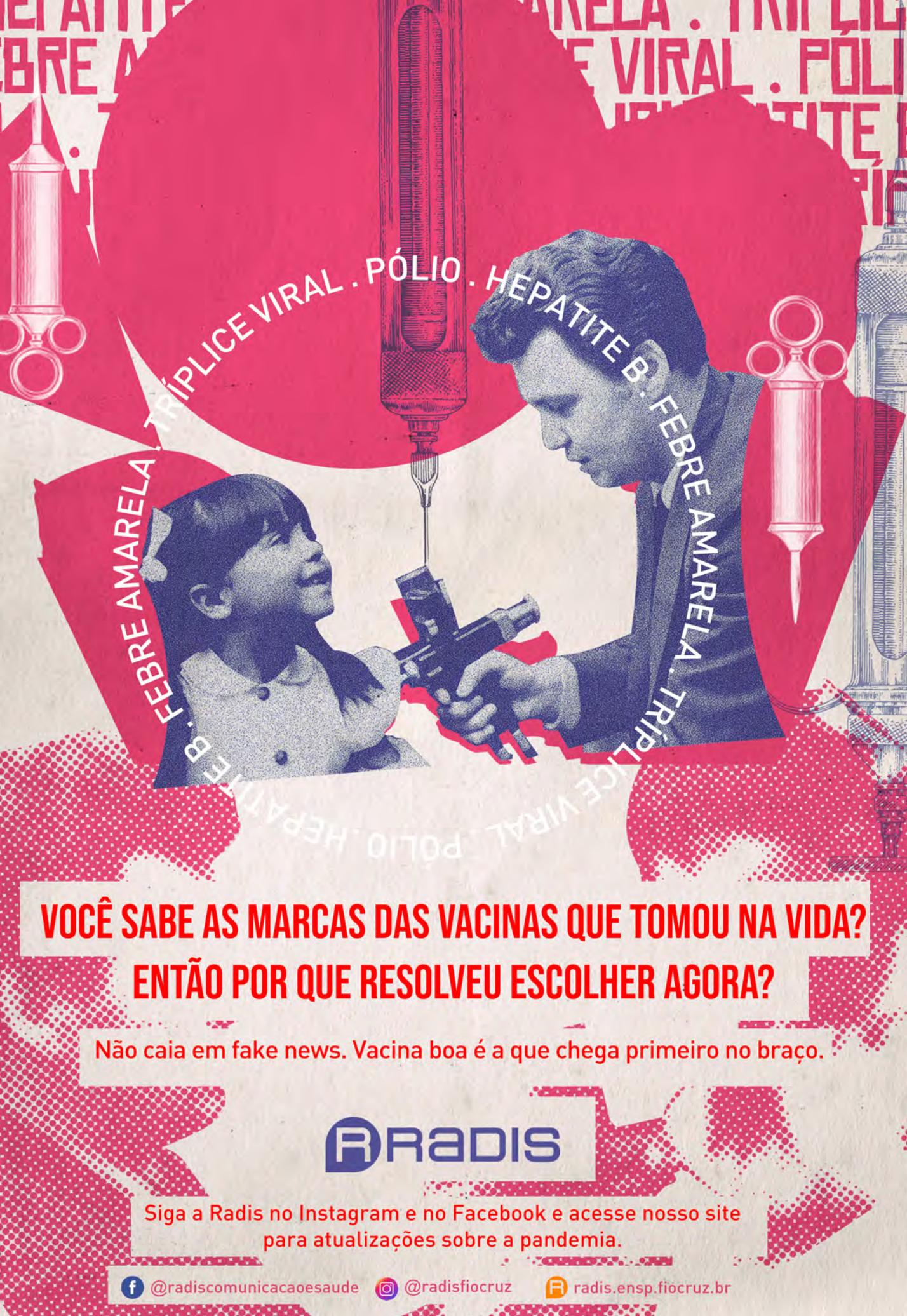
(...)

O tratamento que a Justiça Brasileira tem dispensado às comunidades indígenas, aplicando a chamada “tese do marco temporal” para anular demarcações de terras, é sem dúvida um dos exemplos mais cristalinos de injustiça que se pode oferecer a alunos de um curso de teoria da justiça. Não há ângulo sob o qual se olhe e se encontre alguma sombra de justiça e legalidade.

Este Supremo Tribunal tem em suas mãos a oportunidade de corrigir esse erro histórico e, finalmente, garantir a justiça que a Constituição determinou que se fizesse aos povos originários. 

(...)

Acesse na íntegra: <https://bit.ly/CartaAbert>.



FEBRE AMARELA . TRÍPLICE VIRAL . PÓLIO . HEPATITE B .

FEBRE AMARELA .

FEBRE AMARELA .

FEBRE AMARELA . TRÍPLICE VIRAL . PÓLIO . HEPATITE B .

VOCÊ SABE AS MARCAS DAS VACINAS QUE TOMOU NA VIDA? ENTÃO POR QUE RESOLVEU ESCOLHER AGORA?

Não caia em fake news. Vacina boa é a que chega primeiro no braço.

R RADIS

Siga a Radis no Instagram e no Facebook e acesse nosso site para atualizações sobre a pandemia.



@radiscomunicacaoesaude



@radisfiocruz



radis.ensp.fiocruz.br